

CARTILHA PARA
MULTIPLICADORES
E MULTIPLICADORAS



inesc

2018

Organizadores:
Iara Pietricovsky de Oliveira,
José Antônio Moroni e Nathalie Beghin

Consultora para educação popular:
Elisa Rosas Mendes

CARTILHA PARA MULTIPLICADORES E MULTIPLICADORAS

1ª Edição



Brasília
2018



FICHA TÉCNICA

EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barreto
Enid Rocha Andrade da Silva
Guacira Cesar de Oliveira
Luiz Gonzaga de Araújo
Sérgio Haddad

Conselho Fiscal

Ervino Schmidt
Iliana Alves Canoff
Romi Márcia Bencke
Suplente: Lucas de Alencar oliveira

Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Maria Lúcia Jaime

Assistente da Direção

Ana Carolina Soares
Ana Paula Felipe
Marcela Coelho M. Esteves

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleo Manhas
Grazielle Custódio David
Leila Saraiva
Márcia Hora Acioli
Matheus Peres Machado Magalhães
Yuriê Baptista César

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira

Assessoria de Comunicação

Silvia Alvarez Cardoso

Educador/a Social

Fátima Corrêa
Layla Maryzandra Costa Silva
Thallita de Oliveira
Walisson Souza

Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática

Julio Gleisson Rodrigues Medeiros

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários(as)

Lucas Daniel Rodrigues de Souza
Lucas Miguel Salomão Meireles
Helena Nisa da Rosa

EDITORAÇÃO



www.forestcom.com.br

Coordenação

Juliana Mendes

Projeto gráfico e diagramação

Mariana Henrique

Ilustrações

Renato Moll

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott Foundation
Christian Aid
Embaixada da França
Fastenopfer
Fundação Heinrich Böll
Fundação Ford
GDF – CDCA / Secretaria da Criança
GDF – Fundo de Apoio à Cultura
GDF – Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres,
Igualdade Racial e Direitos Humanos
IBP – Internacional Budget Partnership
Instituto C&A
Kindernothilfe - KNH
Norwegian Church Aid
Open Society Foundations
Oxfam Brasil
Pão para o Mundo
União Europeia

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar
Cobertura - Edifício Márcia
70. 3037-900 - Brasília/DF
Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br

SUMÁRIO

Ficha técnica	4
Sobre o INESC	8
Sobre esta cartilha	9
Introdução.....	11

Parte I – PERCURSO FORMATIVO.....12

1. Nossa opção pela educação popular	13
2. Os nove passos do planejamento.....	21
3. Orientações, dicas e sugestões.....	27
4. Panorama dos objetivos	36

Parte 2 – CAIXA DE FERRAMENTAS54

1. As místicas, aberturas e apresentações	55
2. Oficinas coringas	60
3. Oficinas temáticas.....	62
4. Encerramentos	71
5. Modelos de planejamento	72

SOBRE O INESC

O INESC é uma organização da sociedade civil brasileira fundada em 1979, em plena ditadura militar. Desde a sua criação, tem como missão a construção de agendas públicas que possam combater todas as formas de desigualdades.

Para o INESC, um dos instrumentos para debater estas desigualdades é o orçamento público. Em outras palavras, dependendo como é o orçamento, ele pode ampliar estas desigualdades. No caso brasileiro, o orçamento tem servido mais para aprofundar as desigualdades do que para enfrentá-las. É um Estado que arrecada mais de quem tem menos e distribui mais para quem mais tem. Sendo a essência da democracia a busca pela igualdade, não consideramos que vivemos uma realidade democrática.

Ao longo do tempo, o INESC desenvolveu várias metodologias de análise do orçamento. Estas metodologias dialogaram com um conjunto de fatores e com a conjuntura nacional. Em um primeiro momento, procuramos mostrar que o orçamento não era um monte de números incompreensíveis e sim um espelho das escolhas políticas. Portanto, o orçamento não é um instrumento técnico e sim político; por isso, a sociedade tem o direito de interferir na forma como ele é criado e como é executado. Em um segundo momento, nos alinhamos à luta por transparência e acesso universal das informações orçamentárias. Luta árdua, demorada e muitas vezes solitária, por todos os limites decorrentes da opacidade dos gastos dos governos.

Com o acesso às informações, a nossa metodologia se refinou, e não se limita mais a uma apreciação quantitativa dos recursos, incluindo também uma análise qualitativa, avaliando os desenhos das políticas e suas concepções. Ao mesmo tempo, procuramos uma estratégia de fortalecimento popular no debate da aplicação dos recursos. Surgem os orçamentos temáticos. Podemos destacar alguns: orçamento temático da criança e do adolescente, sócio ambiental, da igualdade racial, da segurança alimentar e nutricional, etc.

O tempo exigiu mais de nós. Precisávamos colocar outras lentes sobre o orçamento. E chegamos ao Orçamento & Direitos. Um olhar sobre o orçamento público, tanto das receitas como das despesas, com a lente dos direitos humanos.

Numa conjuntura nacional e internacional de restrição de direitos, de violências, de desrespeitos aos mais elementares direitos dos povos, o INESC sistematiza a Metodologia Orçamento & Direitos para que seja um instrumento de resistência e ao mesmo tempo de debate público. Uma ferramenta para auxiliar a superar os modelos nada democráticos da gestão dos recursos públicos.

Mas este esforço só faz sentido se ultrapassar as fronteiras do INESC. Por isso esta metodologia só existe se for útil para homens e mulheres, lutadores e lutadoras do povo e para suas organizações nas lutas diárias e cotidianas por todo o Brasil.

SOBRE ESTA CARTILHA

Esta cartilha deve ser usada para auxiliar a formação de educadores e educadoras, e o planejamento de oficinas da Metodologia Orçamento & Direitos. Procuramos abordar métodos e assuntos importantes para a formação de educadores/as que procuram construir outras formas de pensar politicamente.

Este material possui duas partes:
Percurso formativo
Caixa de ferramentas

Para complementar o conteúdo da metodologia, também está disponível a cartilha para educandos e educandas, que detalha e se aprofunda nos temas que trabalhamos.

Dúvidas, comentários e sugestões podem ser enviados ao e-mail:

formacao@inesc.org.br

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Bem-vindos e bem-vindas à cartilha Metodologia Orçamento & Direitos. Para abordar as temáticas de Orçamento Público e Direitos Humanos, acreditamos que este material deve apresentar um percurso e um apoio para a **formação** dos educadores e das educadoras. Esta formação possui dois aspectos: a parte política e a parte metodológica. Por que é importante pensar nestes termos? A **formação política**, para além das ferramentas metodológicas, permite que educadores/as e educandos/as desenvolvam visões de mundo críticas, elaborem o sentimento de impotência e desesperança e consigam vislumbrar e planejar ações para transformar.

A formação política acontece ou é vivida de forma particular em cada pessoa, em processos individuais e coletivos. Ela leva a:

- Entender os **mecanismos de opressão** que atingem cada pessoa, e como atingem também as coletividades;
- Praticar a **empatia, a solidariedade e a capacidade de pensar coletivamente e agir** pelos outros/as tanto quanto por si próprio;

- Elaborar os sentimentos de impotência, apatia, desesperança, e raiva, para transformá-los em **ação política**;

- Desenvolver a **autonomia** enquanto **confiança em si mesmo e na sua classe**, em oposição ao individualismo e a “ideologia fatalista e imobilizante que anima o discurso neoliberal”, segundo Paulo Freire, frase do livro *Pedagogia da autonomia*.

De maneira mais específica, para complementar esta formação trazemos reflexões sobre a prática da educação popular, planejamento de oficinas, sugestões e dicas. Em relação ao conteúdo da Metodologia Orçamento & Direitos, este material é complementar à cartilha para educandos e educandas. Procuramos, com estas publicações, contribuir para uma perspectiva crítica sobre o orçamento público, para entender melhor as injustiças do nosso modelo de arrecadação e de distribuição. Ou seja, entender quem carrega o peso das contas do Estado, e como fazer para mudar isso.

Parte I - PERCORSO FORMATIVO



1. NOSSA OPÇÃO PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Nesta cartilha não trataremos a educação popular apenas como uma metodologia, ou um percurso. A nossa escolha por este tipo de formação é política, e carrega em si um necessário compromisso com a **transformação social**. Os conhecimentos aqui apresentados foram escritos, pensados e articulados partindo da urgência de **mudar a forma como o Orçamento Público é concebido** e executado atualmente, para que venha a garantir cada vez mais direitos.

Assim, esta cartilha procura ser uma ferramenta política de formação, e os conteúdos e informações aqui expostos devem ser apropriados e reelaborados como mais um instrumento na luta por direitos.

Neste sentido, a educação não deve ser pensada de forma individual. Pelo contrário, o processo educativo precisa ser um **projeto coletivo**, que parta das vivências de cada pessoa, valorizando os saberes comunitários. Para que, por meio das histórias, se possam pensar questões que afetam cada pessoa em particular, e também o grupo como um todo. Se na educação escolar é o acúmulo individual de memorizações e diplomas que contam como símbolo de aprendizagem, na educação popular o que interessa é o processo relacional e comunitário, que cria conexões entre as pessoas e ajuda, por meio das histórias, **a pensar as questões que afetam o grupo como um todo**. Um processo que parte de cada pessoa para o grupo, do pequeno para o grande, das questões concretas para as teorizações abstratas. Para isso, optamos pelos ensinamentos de Paulo Freire e de outros autores, como também das diversas vivências de movimentos populares, em especial do Sul Global, que trilharam seus caminhos a partir das práticas da educação popular.

Para a educação popular, a **discussão e a reflexão** são fundamentais, mas precisam também ser acompanhadas de **ação**. A percepção das opressões e supressões de direitos precisa ser complementada de intervenções e de incidências para combatê-las, construindo a relação dialética entre ação e reflexão que chamamos de práxis. A práxis, assim, não cria uma oposição entre ação e a reflexão, mas as concebe como dois lados de uma mesma unidade: **a reflexão precisa gerar ação e a ação precisa ser sempre reflexiva**.

A educação popular tem como base a teoria do conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras da participação. A educação popular é, ao mesmo tempo, reflexão e ação de combate às desigualdades e de aprofundamento democrático. Funciona como uma experiência de autonomia, condição que não pode ocorrer somente na teoria. O conhecimento problematizado pressupõe dois caminhos: o da **liberdade de escolha** e o da **capacidade de realização**. Pensamento autônomo exige ação, atuação para transformação.

Quando dizemos que a educação popular é nossa escolha e nossa aposta, afirmamos, então:

Esta não é somente uma escolha de método, ou de um conjunto de dinâmicas e oficinas, mas de uma opção política afetada pela urgência da transformação. Acreditamos que nenhuma escolha é somente técnica, pois **a técnica é sempre política**. Por que, para nós, é importante acreditarmos nisso? Falamos que na educação a ideia de “o professor saber mais que o aluno” serve somente para manter uma relação de poder. Também no orçamento público, geralmente quem detém poder afirma que só sabe sobre aquele assunto quem teve acesso a certos espaços e certo tipo de educação. Os assuntos relacionados à economia e ao funcionamento do orçamento público são tratados como decisões técnicas, neutras, realizadas desinteressadamente sem beneficiar ninguém específico. Como se tratasse de um único caminho possível, contra o qual não há muito a se fazer além de aceitar. Nosso objetivo, com este material, é mostrar que há outras possibilidades, outras formas de organizar e pensar orçamento público que não pesem sobre os setores mais vulneráveis, e que combatam as desigualdades. Acreditamos que não é necessário um diploma de economia para entender e ter opiniões sobre quais devem ser as prioridades do orçamento público. É possível olhar para os tempos presente e futuro e acreditar que eles podem ser mudados, que há a possibilidade de se construir momentos e lugares onde as diversas vozes possam ecoar.

Que o conhecimento produzido e aqui apresentado pelo INESC não deve ficar restrito aos espaços formais de educação ou retido em bibliotecas, mas deve ser tomado, perpassado, ressignificado pelas pessoas, coletivos e or-

ganizações com as quais trabalhamos como mais uma ferramenta na luta política e social. Nesse sentido, interessa-nos que o conteúdo aqui exposto sirva à reflexão, mas também à ação. A educação popular cria possibilidades não apenas de incidir politicamente e reivindicar direitos frente ao Estado, mas é, em si mesma, uma experiência de autonomia e de organização, dois importantes elementos de uma participação popular efetiva.

Que se aposta na constante reformulação da Metodologia aqui apresentada, pois que, no diálogo com outros/as, ela se refaz e ressignifica. De certa forma, a Metodologia só faz sentido se permanecer, a seu modo, sempre inacabada. Seguindo os princípios da educação popular, afirma-se que aqui se está sempre caminhando e perguntando, avançando em coletivo, mas sempre permeados/as e abertos a novas indagações.

Uma educação popular a partir do nosso contexto

A educação popular, por se firmar na realidade e buscar transformá-la, precisa conhecer o mundo, ter uma visão crítica do **capitalismo e do Estado nacional**. Ela precisa incorporar as dimensões diversas e realidades possíveis, precisa pensar nas questões do campo, da cidade e da floresta. Pensar no mundo em que vivemos, em como o território brasileiro e mundial é organizado e dividido, quais são os conflitos e as relações de poder nos **contextos rurais e urbanos**, nos **centros e nas periferias**. Questionar o porquê da existência de conflitos por **moradia e transporte urbano**, e pessoas viverem onde vivem; a questão **ambiental** e os biomas, e quem procura transformar a natureza em um negócio – o agronegócio e a extração de minérios e de petróleo, entre outros. As diferentes **culturas**, e o direito a viver de acordo com seus costumes e história, como os povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais. As violências relacionadas à **raça e aos gêneros**, e também a questão **geracional**.

A educação popular constrói, promove e preserva a cultura e os saberes populares, a história das pessoas comuns, a história cotidiana e a história oral, as histórias regionais e o conhecimento local e tradicional, as identidades políticas e as coletividades. É uma prática que procura fortalecer os laços comunitários, os/as agentes populares e as lideranças locais.

Esta educação procura desvendar a organização econômica da sociedade e as relações ocultas do capitalismo, do neoliberalismo e do individualismo ao reconhecer que todos e todas as prejudicados/as por este sistema têm a capacidade de entendê-lo e transformá-lo.

O papel do educador e da educadora popular

O espaço comum de educação reproduz, muitas vezes, várias opressões. Isso não ocorre apenas porque a sala de aula mantém as discriminações de gênero, raça, classe e orientação sexual, entre outras; ou ainda porque muitas pessoas não têm acesso a esses espaços. A educação é pensada colocando o professor e a professora no papel de **transmissor** de conteúdos e os alunos e alunas somente no papel de **receptores**. A partir daí, já existe uma divisão, como se alguns soubessem muito e outros nada. Como se quem estuda tivesse uma cabeça vazia para ser preenchida por quem já sabe tudo. E assim, os alunos e as alunas precisam somente decorar e memorizar de forma passiva o que os professores e professoras falam. Esta visão da educação não apenas reproduz opressões, mas também as cria. Paulo Freire chamou essa concepção de “educação bancária”, e convida, por meio de sua obra, a pensar outras possibilidades de educação que sejam, em si, libertadoras.

Por isso, afirmamos em nossa proposta de transformação e de educação que **forma e conteúdo precisam andar juntos**. É a esse chamado que aqui atendemos: se o conteúdo pretende ser o vetor das transformações sociais, a experiência a partir da qual ele é discutido também precisa sê-lo. Não queremos reproduzir as mesmas concepções que separam sujeito/professor e objeto/educando.

A educação popular precisa trazer para o processo de aprendizagem as questões que mobilizam mulheres e homens, questões que as/os afetem e transformem, para que aprendam com sua própria realidade. E quem melhor do que as próprias pessoas para dissertarem sobre seus problemas, angústias e preocupações? Quem entende mais de suas realidades do que as pessoas que as vivem? Desta forma, os processos de formação na educação popular precisam ser pensados junto aos/às educandos/as, a partir de suas questões, em diálogo com o conteúdo que oferecemos, pois nossa preocupação



“Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles.”
Paulo Freire, em Pedagogia da autonomia.

é formar sujeitos autônomos, que se juntam para atuarem coletivamente em suas realidades.

A educação não existe somente em salas de aula ou em espaços de capacitação profissional voltada para a execução de uma função ou cargo de trabalho, como se vê tanto atualmente. Ela acontece principalmente na conversa entre sujeitos, com trajetórias, histórias, saberes e experiências diversas. Nesta dinâmica, **todo mundo ensina e todo mundo aprende**. O/A educador/a e educando/a são sujeitos na troca de saberes e, nesta troca, se tornam sujeitos políticos. Para que esse encontro seja possível, o processo precisa ser baseado no diálogo, sendo fundamental disposição tanto para ouvir quanto para falar, entendendo que é um constante debate entre diversas visões de mundo.

O educador/a precisa estar aberto/a para sempre aprender com novas perspectivas e concepções. Assim, os diálogos produzidos a partir desta Metodologia devem sempre ter a potência de transformá-la, de fazer-nos pensar novas ideias. Nesse sentido, **esta Metodologia não é uma linha de chegada, mas um ponto de partida**.



As experiências das pessoas e os saberes que delas decorrem são pontos fundamentais desse encontro proposto. Se a educação bancária enxerga nas pessoas um recipiente vazio a ser preenchido por conteúdos exógenos, a educação popular parte das experiências, trajetórias e problemas dos/as educandos/as para construir e formular saberes, quebrando a hierarquia entre educação formal/erudita e conhecimento popular. Uma educação problematizadora não segue manuais pré-estabelecidos, por isso este ma-

terial procura ser um ponto de apoio para o/a educador/a. A partir dele, acreditamos que será possível articular melhor o diálogo com quem está interessado/a ou precisa entender a questão orçamentária e tributária para incidir sobre sua realidade. A facilitação destes assuntos pode contribuir ativamente para a transformação das realidades de quem participa das nossas oficinas.

O educador e a educadora possuem diversas funções na educação popular. É necessário desenvolver as habilidades de **facilitar, mediar, engajar, desafiar e incluir**. Essas habilidades somente são adquiridas com a prática, porém também é importante que ele/a própria/a também se prepare e sensibilize. Além disso, terá que saber “coordenar um grupo que ele/a mesmo/a não dirige”, ou seja, saber mediar e interferir com o objetivo de que o conhecimento circule e inclua todos e todas presentes.

Além de ter que usar a criatividade e procurar diversas formas de aproximar um assunto da realidade do público, o educador e a educadora cumprem também outra função imprescindível, a função de sensibilizar o educando e a educanda, e alimentar suas esperanças na possibilidade de transformação do mundo.

Sobre o aprendizado de adultos/as

É importante que tenhamos em mente alguns pontos cruciais no aprendizado de adultos/as. São eles:

- **Urgência e relevância:** que as discussões que vamos propor tenham utilidade para os/as educandos/as e que estejam conectadas às suas necessidades;
- **Respeito e segurança:** que levem em consideração as experiências das pessoas e que aconteçam em ambiente acolhedor, tratando os/as educandos/as como sujeitos que são;
- **Inclusão:** que nossos processos de formação considerem e combatam ativamente as discriminações, em seu planejamento e em sua execução.

“O animador coordena um grupo que não dirige e, a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo.”

Carlos Rodrigues Brandão – O que é o método Paulo Freire

A oficina de educação popular, o círculo de cultura e a mística

Uma vez que já falamos um pouco sobre nossa proposta política, podemos começar a pensar sobre o caminho que propomos para a prática da educação popular. Neste tópico, falaremos sobre as **oficinas** de educação popular, sobre os **círculos de cultura** e sobre a **mística**.

A noção de oficina é muito importante na educação popular. E, para complementar uma oficina, sugerimos a utilização do círculo de cultura e da mística, que são outros métodos da prática política.

A oficina é um **método de trabalho** que tem como princípio a **interação e a construção coletiva de conhecimento**. Nela, todos os participantes (educandos/as e educadores/as) podem exercitar a troca de saberes de forma horizontal. Ou seja, a oficina é uma forma de diluir as hierarquias que geralmente estão impostas pela divisão entre quem vem “trazer” um conhecimento e quem vem “receber” este conhecimento, pois todos os conhecimentos trazidos ali são importantes.

Uma oficina possui várias características:

- Pode ter como objetivo **sensibilizar** sobre um assunto ou **aprofundar** em um conteúdo específico;
- É uma forma de criar **diálogos**, que podem ser organizados a partir de perguntas e respostas, de leitura de textos, poesias, músicas, imagens, relatos de vida, pesquisas coletivas, dramatizações, em um grupo grande ou em vários grupos pequenos no mesmo ambiente.
- Deve incentivar que as pessoas falem, e a partir de suas falas e do que é trazido pelo educador/a **produzir conclusões** que contemplem os objetivos esperados. As conclusões produzidas coletivamente são uma maneira das pessoas valorizarem suas próprias formas de raciocinar e uma forma de reconhecer que todos e todas possuem um pensamento autônomo. Neste ponto, é muito importante que o educador/a possa fazer e incentivar que os/as educandos/as façam **sínteses**. As conclusões

também abrem o gancho para a ação. Uma vez que se desenvolveu uma leitura coletiva sobre o mundo, o que se pode fazer para transformá-lo? O educador/a precisa sempre ter em mente esta pergunta final.

Já o **círculo de cultura** é uma forma de organizar as dinâmicas e o ambiente em oposição à sala de aula. Se em uma sala de aula tradicional há fileiras e o/a professor/a fica na frente dos alunos em uma posição de destaque, no círculo de cultura todos/as se sentam em roda. Dessa forma, todos/as participantes podem se olhar nos olhos, observar o outro/a quando ele/a fala. Além disso, o/a educador/a está na mesma posição que todo mundo. Essa é mais uma forma de afirmar que todos os conhecimentos são importantes.

A **mística** é uma dinâmica de abertura, aquecimento ou encerramento, geralmente, um exercício, a leitura de um texto, a letra de uma música, uma ação, um jogo. É importante para aproximar as pessoas e fazer com que elas interajam, para quebrar algum gelo (vergonha, timidez, falta de intimidade, divergências pessoais ou políticas entre os/as participantes da oficina). Amplamente usada nos movimentos sociais, serve para criar laços em um grupo, para fortalecer os vínculos e o sentimento de pertencimento e identificação. É uma prática que serve para criar um clima e um ambiente de acolhimento, afinidade e solidariedade.

A mística também serve para construir uma ponte entre a experiência individual e aquela que será construída coletivamente ao longo da formação, ao usar algum elemento lúdico, como uma música ou uma poesia cujo tema seja o mesmo abordado na oficina.

- A importância da educação popular para entender e mudar a sociedade
- O conceito e um pouco da história dos direitos humanos
- O papel do Estado em relação às pessoas: as obrigações de respeitar, proteger, promover os direitos humanos de todas e todos que vivem no seu território
- As limitações da instituição que é o Estado e importância da luta pelos direitos

A **mística** é uma atividade de identificação e integração utilizada pelos movimentos sociais no Brasil.



2. OS NOVE PASSOS DO PLANEJAMENTO

Até agora, vimos o que é educação popular, qual é o papel do/a educador/a e o que são as oficinas.

Para atingir nossos objetivos ao realizar as oficinas, um dos pontos mais importantes é fazer um bom **planejamento**. Sugerimos aqui uma sequência de nove passos para tal. Antes de começar, é interessante pensar em dois princípios para nortear o planejamento. Um deles é a **intencionalidade**, ou seja, é importante pensar em **objetivos explícitos** para cada atividade e etapa da formação. As atividades oferecidas devem ter seus objetivos especificados, para que os/as educadores/as e educando/as tenham clareza do que se pretende. O outro princípio é a **transparência**. É fundamental compartilhar com os/as educandos/as o cronograma, os objetivos da formação e de cada atividade, de forma que possamos construir a intencionalidade juntos/as, para que depois seja feita uma avaliação baseada em objetivos já compartilhados.

Os 9 passos:

Aqui, começamos o caminho para planejar uma formação:

Passo 1 - Quem?

O primeiro passo de uma formação é pensar **quem são nossos/as educandos/as**, suas peculiaridades e interesses. Esse entendimento é fundamental para poder desenhar a formação de maneira que seja adequada a esse público. Para isto, podemos:

1. Elaborar pequenos questionários a serem respondidos pelos/as participantes antes do dia da oficina. É importante que esses questionários não sejam muito longos e que sejam respondidos em tempo hábil para que as respostas possam de fato guiar o planejamento das atividades de formação. Aqui, é importante perguntar explicitamente o que os **educandos/as já sabem** sobre o assunto da oficina e o que mais **eles/as gostariam de saber**.

Os nove passos do INESC

foram elaborados com base em conteúdos do Global Learning Partners (GLP), a partir de participação em curso intitulado “A nova Onda da Educação Popular”, realizado em junho de 2017. À noção de “abordagem centrada na aprendizagem”, juntamos os marcos teóricos e práticos da educação popular no Brasil e América Latina, condizente com nossa experiência em formações e oficinas.



2. Se possível, é interessante conhecer um pouco mais a fundo a realidade dos/as educandos/as. Dependendo de qual seja a proximidade e de como se estabeleça o contato, e quanto tempo o educador/a tenha disponível para o planejamento, se for possível é recomendado um trabalho de campo no cotidiano da vida das pessoas que participarão da oficina.

3. O contato com articuladores e lideranças locais também pode ser uma boa ponte para entender o público, o educador/a pode pensar uma série de perguntas chaves para esta pessoa se houver um encontro anterior à oficina.

Enquanto pensamos quem são as pessoas com quem iremos trabalhar, é também importante pensar **em que situação elas se encontram**: quais são os problemas enfrentados por elas, o que se apresenta como urgente e relevante.

Passo 2 - Por quê? A situação atual

O segundo passo é bastante conectado ao anterior. Porém, agora iremos olhar mais para nós que para os educandos/as. Para este passo é importante que façamos uma análise do contexto de formação, a partir de 3 perguntas guias:

- O que supomos sobre os/as educandos/as?
- O que gostaríamos de saber antes de começar o processo?
- Como podemos descobrir?

Passo 3 – Para quê? A mudança desejada

O terceiro passo é fundamental para a formulação das oficinas, pois se trata de pensar **onde queremos chegar**, a mudança que queremos provocar. Este passo encontra pouca ancoragem se não contar com o diagnóstico elaborado nos dois primeiros passos.

Passo 4 – Quando? O período e o horário

Pensar e definir **quanto tempo temos disponível** para a formação de modo a poder ajustar os conteúdos a esses tempos (dias e horas). Posteriormente,

Ao final da cartilha, você poderá ver um exemplo de cronograma.



a partir do tempo disponível, poderemos montar uma grade detalhando quais serão exatamente as atividades (e quem é responsável por cada parte da oficina).

Passo 5 – Onde? O lugar e o espaço

Pensar e definir **onde e quais as características do local** no qual faremos a formação.

Passo 6 – O que? O conteúdo

É neste passo que pensaremos de forma mais detalhada quais **conhecimentos, habilidades e ações** pretendemos construir junto aos/às educandas/os. É importante aqui resistirmos à tentação de abarcar todos os saberes acumulados pelo/a educador/a. Os nossos referenciais teóricos e discussões nos acompanharão em todo processo e fundamentarão as nossas oficinas, mas não precisam ser “transmitidos” a quem participará da oficina por algumas razões:

- Eles são muito interessantes para nós, mas não necessariamente têm o mesmo efeito sob os/as educandos/as, talvez não encontrem ancoragem em suas experiências de vida e desejos;
- Pensar em “transmitir” saberes é apostar num modelo de “educação bancária”, que entende os/as educandos/as como recipientes nos quais depositamos conteúdos;
- O tempo é curto e é preciso priorizar.

Algumas perguntas que podem nos ajudar a selecionar nossas prioridades:

- O que os/as educandos/as mais querem ou precisam aprender?
- O que é factível no tempo que você dispõe?
- Qual o conteúdo prioritário para alcançar a visão de mudança declarada?



Falaremos um pouco mais sobre organização do espaço da oficina na Caixa de Ferramentas.



Os dois próximos passos são bastante práticos, e são fundamentais para conseguirmos fazer um planejamento realista da formação.

Em relação aos objetivos específicos da metodologia Orçamento & Direitos, na Caixa de Ferramentas desenvolvemos alguns temas para auxiliar o caminho do/a educador/a.

Passo 7 – Com que Finalidade? Os objetivos baseados em resultados

Cada conteúdo pensado deve ter a ele associado um objetivo que, por sua vez, deve ser avaliado segundo critérios concretos. É importante que esses objetivos caminhem em direção à mudança que queremos alcançar, a que elaboramos no Passo 3 – Para quê?

As dicas aqui são duas: tentar focar os objetivos em ações observáveis e concentrar-se no que terá acontecido ao final da oficina, não em um momento futuro. Quanto mais explícitos estiverem os objetivos, mais transparente nossa oficina será e mais consistente será a nossa avaliação e a dos/as educandos/as.

Alguns verbos que podem nos ajudar a pensar nossos objetivos:

Descrever; Levantar; Reconstruir; Pintar; Preparar; Cozinhar; Estabelecer; Defender; Perguntar; Resumir; Estimar; Revelar; Votar; Calcular; Construir; Entrevistar; Gerar; Ajustar; Selecionar; Medir; Imprimir; Identificar; Mencionar; Diagramar; Inscrever; Listar; Mapear; Desenvolver; Organizar; Solicitar; Manifestar; Reformular; Compor/ Coletar; Julgar; Sair; Testar; Criticar; Priorizar; Numerar; Estender; Argumentar.

Embora esses dois passos apareçam como um seguido do outro, por vezes faz mais sentido pensá-los simultaneamente. Ou seja, ao invés de listar todos os conteúdos e depois pensar em seus objetivos, pensar cada conteúdo já com seus respectivos objetivos e resultados esperados. Assim, podemos nos dar conta de que vários conteúdos possuem o mesmo objetivo, o que pode tornar a formação redundante (ou pode ser exatamente o que desejamos). Depois de uma primeira versão da tabela conteúdo – objetivos – resultados, faz sentido revisá-la para lidar com essa redundância, ou ainda analisar se nossos objetivos específicos de fato compõem o nosso objetivo de mudança.

Apenas depois desses sete passos é que de fato passamos a pensar as atividades de formação. Com o que construímos acima, as dinâmicas e ferramentas pedagógicas não serão meros enfeites, mas instrumentos consistentes, com objetivos elaborados e coerentes com nossos desejos.



Passo 8 – Como? As tarefas de aprendizagem

A proposta é que pensemos essas tarefas a partir de **perguntas abertas**. Uma pergunta aberta se propõe a investigar novos pontos de vista e gerar novos conhecimentos. Busca entrar em contato com a experiência e a criatividade dos participantes da oficina. Exigem reflexão ou pensamento crítico. Aqui, procuramos **escapar das perguntas de sim ou não** para aquelas que **não exigem resposta certa**, e que derivam em compreensão profunda.

Espinha dorsal das perguntas abertas:



- O que o/a leva a essa conclusão?
- Como você pode...?
- O que te impressiona sobre...?
- Por que isso acontece?
- Que exemplos você pode compartilhar?
- Que aspectos parecem mais relevantes?
- Qual sua experiência com...?
- O que você estava fazendo naquele momento?
- Como isso se compara a sua própria experiência?
- Como isso difere da sua própria experiência?
- Que implicações você consegue identificar?
- O que te surpreende nesse resultado?
- Quais são suas perguntas?
- O que não sabemos, mas gostaríamos de saber?
- Onde você discorda? Concorde?
- Que palavras você usaria para descrever...?

A partir das **perguntas abertas**, relacionadas a cada um dos **objetivos** anteriormente listados, é que vamos de fato pensar como cada atividade acontecerá. Ter essas perguntas em mente nos ajuda a manter o rumo, nos dando uma ferramenta para avaliar se a formação está fugindo dos seus objetivos ou ainda se as possíveis adaptações das atividades propostas feitas no decorrer da formação continuam sintonizadas às mudanças desejadas.



Com as perguntas formuladas, podemos pensar mais diretamente nas tarefas: o que as pessoas vão fazer na formação, que recursos utilizaremos, que educador/a será responsável por conduzir a atividade, que dinâmicas podem servir de estímulo ao momento, quanto tempo utilizaremos em cada momento, etc.

Passo 9 – Como foi? Avaliação

Manter a constância dos momentos de avaliação durante a formação, por meio de **balanços diários** com o grupo participante, por meio de conversas e/ou dinâmicas.

Mais do que isso, que essas avaliações resultem em mudanças na programação da formação, quando for o caso. A flexibilidade do que planejamos é crucial para que as atividades propostas encontrem ancoragem nas necessidades e desejos dos/as educandos/as. Para isso, além das conversas com o grupo, é importante que a equipe responsável também se reúna ao final de cada dia, fazendo uma **autoavaliação** e possíveis ajustes para o dia seguinte.



3. ORIENTAÇÕES, DICAS E SUGESTÕES

Já falamos sobre a importância da educação popular de uma forma geral. Neste capítulo, queremos pensar como o nosso projeto de transformação social se conecta de forma prática com a educação popular. Ou seja, sistematizamos aqui um pouco da nossa experiência, para auxiliar os/as próximos/as multiplicadores e multiplicadoras a realizar oficinas.

Este capítulo contém uma série de orientações, dicas e sugestões práticas de apoio à formação política na Metodologia Orçamento & Direitos.

Os 4 A:

A sequência dos **4 A** proposta pela Global Learning Partners (GLP) pode nos ajudar a pensar essas atividades:

- **Ancorar** -> atividades que possibilitam que os/as educandos/as acessem e reflitam **sobre suas experiências**;
- **Adicionar** -> atividades que acrescentam **novos conteúdos**, sobre os quais os/as participantes ainda não têm conhecimento;
- **Aplicar** -> atividades **práticas**, que levam o/a educando/a a usar aquilo que aprendeu na formação;
- **Avançar** -> atividades que conectam a experiência do/a educando/a, as novas aprendizagens e as possibilidades de **utilizar**, no futuro, **aquilo que aprendemos**.

1. EXPERIÊNCIAS A PARTIR DAS DIFERENTES REALIDADES

Ao planejar uma oficina, é central pensar que as discussões precisam ser conectadas à realidade e ao contexto de vida dos/as participantes. Para aprender sobre um assunto, é necessário que haja uso prático daquele conhecimento. Somente assim o conhecimento que trazemos terá sentido para quem participa da oficina, e poderá servir para a **ação política**.

Por exemplo, uma forma de definir o que são os direitos humanos é partir das histórias pessoais dos educandos/as. É importante trazer à tona situações e experiências de vida das pessoas que estão ali e que, a partir delas, se identifique qual é a responsabilidade do Estado e o motivo desses direitos serem negligenciados. É uma forma efetiva de entender quais são as injustiças das quais falamos.



Também é uma forma de estabelecer uma conexão histórica real, e proporciona uma abertura para entender que, por mais que as opressões nos toquem a todos individualmente, elas são estruturas que afetam não somente o sujeito, mas as coletividades. Esta constatação é imprescindível para que se desenvolva a solidariedade. Também é essencial para alimentar a vontade de participar da vida política, a percepção que é possível mudar não só a sua própria vida, mas transformar a vida de tantas pessoas que também vivem ou viveram aquelas injustiças.

O mesmo serve quando pensamos no orçamento público. A análise do orçamento permite ver o que foi feito, e a partir de quais recursos. Também revela o que não foi feito, e entender se aquela ação não foi realizada por falta de recursos, por falta de interesse político ou por problemas de gestão. São exemplos de ações que modificam diretamente a vida das pessoas, nas questões mais básicas e cotidianas: o preço dos alimentos, a tarifa do transporte público, se seus filhos têm acesso à escola e educação de qualidade, se o bairro possui asfalto, postes, calçadas, paradas de ônibus, se elas têm acesso a programas culturais em seus bairros, se conseguem ter tratamento e acompanhamento médico de qualidade.

2. ACORDOS E ALINHAMENTOS

É interessante propor **acordos e alinhamentos** com o grupo que participará das oficinas. Uma vez que o educador ou educadora já terá feito um levantamento inicial (no passo 1) para conhecer aquele público, ele/a pode pensar em quais questões podem haver consensos. Os acordos vão depender das características do grupo, como idade média, gênero, posição política, familiaridade com o assunto, etc. Além disso, é importante também que os educadores/as se deixem conhecer pelos educandos/as.

- No primeiro momento de encontro ou oficina, deve-se realizar uma **rodada de apresentações**, na qual os educadores/as falem sobre si e expliquem qual é o seu papel ali. É importante ele/a declarar que está lá para construir coletivamente e não impor um conteúdo de uma agenda própria, desconectada ou que não interesse os/as educandos/as.
- Cronograma da atividade: o ideal é apresentar o **cronograma do encontro** em um primeiro momento, logo após as apresentações. Neste momento, é importante explicar qual será cada atividade ou oficina, e **pedir sugestões de mudanças**. Também é interessante sugerir a divisão de algumas tarefas com o próprio grupo. Por exemplo, místicas podem ser feitas por alguém do grupo. Também pode-se pedir sugestões relativas ao assunto que se está tratando (textos, músicas, poemas, caso alguém lembre durante a oficina), para que se construa um material interessante ao final.
- Dependendo do contexto, é importante explicitar um acordo relativo ao **respeito à fala de todos e todas**, que cada participante tenha o cuidado de não interromper ninguém, nem monopolizar a fala. Também que é bom estimular que todos e todas prestem atenção ao que cada um/a fala. Se possível, sugerir que os celulares fiquem guardados. Sobre a questão do respeito à fala, é importante que isso seja dito com delicadeza para não inibir a participação. Se for um grupo muito grande e com muita participação, criar uma lista de inscrições de fala.

Uma forma de abordar a questão do **respeito à fala** é ler um trecho de algum texto que fale sobre a importância de ouvir as pessoas, por exemplo. É interessante apresentar incentivos à disposição de participar e também de ouvir.

- Os **alinhamentos** podem auxiliar na parte da **sensibilização**. Por exemplo, se o/a educadora perceber que é um grupo com diversas posições políticas ou mesmo um grupo pouco politizado, pode, a partir de perguntas e do diálogo, tecer alguns consensos básicos comuns ao grupo. Essas perguntas servirão para criar alguns entendimentos comuns e auxiliarão o educador/a e entender melhor seu público; por exemplo, se é necessário trabalhar mais a questão da sensibilização. Entre os sentimentos comuns que ele/a poderá se deparar estão o individualismo, a meritocracia, a desesperança, a falta de solidariedade de classe, o racismo, o machismo, etc. Por exemplo:

“Todo mundo que está aqui concorda que certas políticas do Estado favorecem quem já possui dinheiro?”

“Todos/as concordam que não podemos deixar somente nas mãos do Estado o controle das contas públicas?”

“Todos/as concordam que as pessoas que vivem em tal região devem poder opinar e decidir sobre o que será construído lá?”

Desta forma, o/a educador/a pode avaliar também se serão necessárias mais atividades de sensibilização, por exemplo.

3. DIÁLOGO/INTEGRAÇÃO

O conceito de **diálogo** é central na educação popular. O diálogo é muito importante, pois a partir da comunicação será construído o conhecimento coletivo, serão formadas as **sínteses** e as **conclusões** que já mencionamos antes. Além da capacidade de se expressar de forma humilde, não detentora do poder, acessível, o/a educador/a também precisa **saber ouvir**.

Segundo o GLP, “a escuta autêntica requer um coração aberto e atenção focada, e isso é difícil quando estamos pensando no relógio, na próxima tarefa, em como vamos capturar isso em um quadro ou como planejamos responder assim que os/as educandos/as terminarem de falar”.

“(…) deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isto faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem.”

Paulo Freire e Ira Shor
- *Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor*

Para ouvir melhor, podemos pensar:

- Conseguimos comunicar por meio do nosso corpo que estamos ouvindo e prestando atenção?
- As perguntas formuladas pelo/a educador/a comunicam interesse e curiosidade genuínos no que um/a educando/a acabou de dizer?
- As palavras do/a educador demonstram que os/as participantes da oficina foram ouvidos?

O GLP também apresenta sugestões em relação ao diálogo:

- Fazer referência e retomar comentários e histórias dos/as educandos/as à medida que a oficina se desenvolve. Esta também é uma forma de integrar e valorizar os conhecimentos dos/as participantes.
- Esperar com paciência após fazer uma pergunta, sobretudo se for uma pergunta complicada. Muitas vezes temos tendência a tentar preencher o espaço, por conta do desconforto gerado quando uma pergunta é recebida com silêncio.
- Sentar-se e usar linguagem corporal para mostrar que a espera por uma resposta pode ser calma, mas interessada em ouvir o que os/as participantes têm a dizer.

O diálogo deve provocar e proporcionar interações multidirecionais entre os/as diversos/as participantes. Também é uma forma de reforçar os laços entre as pessoas do grupo. O/A educador/a, em relação a isso, também deve ficar atento se há pessoas isoladas, tanto durante as atividades em grupo quanto, por exemplo, nos intervalos. Uma forma de integrar esta pessoa é, durante o intervalo, puxar conversa com ela.

Dependendo do tamanho do grupo e do contexto, uma opção para o educador/a criar uma comissão de animação. Esta comissão poderá ser responsável por:

- Puxar uma ação em momentos de sono ou dispersão, como uma roda de alongamento, ou que as pessoas se levantem mudem a disposição das cadeiras, ou alguma ação de movimento;
- Incentivar que as oficinas não atrasem após o almoço ou o intervalo para o lanche. Podem ficar responsáveis de ficar de olho no relógio e fazer um chamado de volta que seja convidativo;
- Se certificar que sempre que possível haja café, chá e água disponível para os/as participantes da oficina;

Formular perguntas

Sendo o diálogo a base da educação popular, é essencial que o/a educador/a aprenda a formular perguntas que repercutam. Durante uma oficina, o educador/a precisa ter na manga **perguntas específicas** sobre o tema a ser tratado. Seu objetivo, no entanto, **não pode ser que o educando/a acerte uma resposta específica**. Esta dinâmica de perguntas e respostas busca construir um trajeto, que será diferente em cada oficina. Devem ser perguntas disparadoras, que sirvam pra **conectar o objeto da oficina à experiência pessoal de cada um**. Para isso, não há respostas certas ou erradas. Para que esse diálogo flua, as perguntas precisam ser pensadas de modo que fique claro para os/as participantes que não há respostas corretas ou incorretas, ao contrário da estrutura clássica de uma escola.

Uma forma de aproveitar todas as respostas é anotar palavras chaves em uma cartolina grudada na parede, à vista de todos/as, para que o/a educador/a não esqueça o que foi dito. As elaborações dos educandos/as ao decorrer da oficina servirão para desenvolver as sínteses e as conclusões.

Esta estrutura também é um exemplo prático de construção do conhecimento de forma coletiva.

O diálogo a partir das perguntas abertas se relaciona com o Passo 8 do planejamento.

4. FLEXIBILIDADE

O/a educador/a precisa também ter **flexibilidade** para o momento de realização da atividade proposta. Mesmo quando um planejamento foi bem construído, algumas vezes será necessário mudar os planos.

Por exemplo, é possível que o/a educador/a perceba que o planejamento que fez não será adequado para aquele grupo, pois é um contexto que antes necessitaria de uma oficina de sensibilização. Por isso, é interessante que já se pense em como seria possível adaptar a metodologia e o cronograma, quais são as atividades centrais e indispensáveis para aquele grupo naquele contexto.

Também acontece que certas vezes há atrasos ou imprevistos relativos ao espaço onde será realizada a oficina. Uma atividade pode levar mais tempo que o planejado por conta de muitas dúvidas, ou porque o debate tomou um rumo interessante. Neste caso, é bom que o/a educador/a tenha um plano de como adaptar o cronograma para outras atividades sejam mais curtas.

O/a educador/a também pode se deparar com as seguintes situações:

- No caso do grupo ser menos politizado, é interessante o uso de místicas que sensibilizem e criem um sentimento de engajamento.
- O educador/a precisa estar preparado para encontrar pessoas que tenham dificuldade de aprendizagem. É importante saber adaptar a linguagem e pensar formas alternativas de facilitar o vocabulário, usar metáforas e analogias para aproximar conceitos mais abstratos para o cotidiano destas pessoas.
- Em certos momentos de uma oficina, surge uma variedade de dúvidas que já estão previstas para aparecer mais adiante na oficina. Neste caso, é interessante afixar uma cartolina em alguma das paredes para anotar as perguntas e deixá-las em evidência, onde todos possam ver. Isso auxiliará o/a educador quando chegar o momento de fazer as sínteses.
- Para encerrar uma oficina, é interessante que o/a educador/a tenha planejado alguma forma de amarrar as ideias que surgiram ali, por exemplo, com cartazes, ou com uma citação lúdica de síntese, reforçando o objetivo daquela atividade.
- Nem sempre é possível abordar todos os assuntos no tempo da oficina

planejada. Se acontecer isso, é interessante que seja possível enviar materiais de referência para o grupo posteriormente.

5. ORGANIZAÇÕES PRÁTICAS

A organização espacial do local onde será realizada a oficina pode influenciar bastante em seu sucesso. Já mencionamos a ideia de círculo de cultura, que também significa o grupo se sentar em círculo, para que o conhecimento flua entre iguais. Também é possível organizar as cadeiras em semicírculo, se for necessário usar recursos em alguma parede ou projetor. Em ambos os casos, recomenda-se preparar um material que seja visível/legível para todos, então é bom lembrar de:

- Estar presente no local da oficina antes do horário marcado para começar, pois pode ser necessário resolver alguma questão, conhecer melhor o ambiente, verificar se está tudo pronto e repassar o cronograma.
- Decidir com antecedência o melhor lugar para afixar cartazes ou testar o projetor antes de começar a atividade. É importante verificar se o material a ser apresentado poderá ser visto e lido pelos/as participantes, a partir de onde estiverem sentados/as. O/A educador/a precisa pensar qual será o tamanho da letra dos cartazes. Caso uma projeção possua letras pequenas, de alguma página na internet, o educador/a pode copiar imagens da tela (print), aumentar as imagens e preparar outra forma de apresentar aqueles dados (em um arquivo PDF ou Power Point) de forma que possa ser visto e lido por todos/as.
- Fazer uma lista dos materiais auxiliares, para que sejam providenciados antes da data da oficina. Canetões de ponta grossa, fitas adesivas reforçadas (conferir se elas aguentam segurar os cartazes na parede) cartolinas, tesoura, etc.
- Verificar se o local tem cadeiras para todos/as os/as participantes. O espaço estará arrumado de outra forma previamente? O tempo calculado para chegar mais cedo é suficiente para organizar o espaço?

- Organizar quais serão as falas de cada educador/a, no caso de ser uma oficina realizada por duas ou mais pessoas, para que elas não se interrompam nem sobre vácuos de fala.
- Caso haja mais de um/a educador/a, dividir quem conduzirá cada etapa da atividade, por exemplo, alternando as falas de homens e mulheres.
- Organizar café e água para o período da oficina, e se preciso, algum lanche. Quem organiza a oficina poderá providenciar isto, ou propor que os/as participantes dividam esta tarefa.

Além disso, para completar os preparativos, nos dias anteriores à oficina é bom rever se:

- O cronograma já está montado, impresso e pronto para ser entregue para os/as participantes.
- Se os materiais de apoio também estão prontos (por exemplo, o material com passo a passo de como realizar incidência política, ou com o calendário do ciclo orçamentário, etc.).



4. PANORAMA DOS OBJETIVOS

Enquanto educadores/as, nosso papel é aproximar assuntos que não são óbvios para o público das oficinas. Estes temas estão propositalmente afastados das vidas de nossos educandos e educandas por meio da burocracia, da especialização (supostamente neutra) e da linguagem rebuscada. O sistema econômico e a organização do Estado são complicados por um motivo: para que as pessoas se percam no labirinto de siglas e técnicas exclusivas e, dessa forma, se sintam incapazes de entender e atuar sobre aquilo. Por isso a educação popular é necessária: por ser democrática, ela afirma que todos e todas podem entender uma questão política e relacionar aquilo com suas vidas.

Por isso, os temas que escolhemos para trabalhar são justamente aqueles sobre os quais a maioria das pessoas acredita não poder opinar com profundidade. São questões deliberadamente escondidas: como o Estado organiza suas finanças, como é feita sua arrecadação e distribuição, quem paga mais, qual é o caminho do dinheiro, quem toma estas decisões, quais critérios utilizados, quem se beneficia deste sistema.



Para conhecer este caminho, apostamos em uma **visão crítica da política e da economia**, a partir de uma série de **pilares** que nos dão uma base ética

para pensar sobre o Estado e o capitalismo. A partir daí, conseguimos organizar quais transformações queremos no nosso horizonte.

Este capítulo procura explicitar resumidamente os objetivos centrais da cartilha para educandos e educandas produzida pelo INESC, para auxiliar o educador e a educadora a delimitar seus **objetivos** ao planejar uma atividade.

Os 5 Pilares do INESC

1. Financiamento do Estado com justiça fiscal: o Estado deve distribuir a **carga tributária** entre todos os segmentos de uma nação de maneira justa, cobrando menos de quem ganha menos e cobrando mais de quem ganha mais. Isto se chama **sistema tributário progressivo**.



2. Uso máximo de recursos disponíveis: detalha a obrigação dos Estados nacionais em aplicar o **máximo dos recursos arrecadados pelos governos em políticas de direitos humanos**.

3. Realização progressiva dos direitos humanos: os **investimentos em direitos devem**, ano a ano, **ser progressivamente realizados** por meio de **políticas públicas** universais e inclusivas.



4. Não discriminação: o **combate às desigualdades e às discriminações exercidas pelo Estado**. A discriminação faz com que determinados grupos e populações historicamente excluídos tenham mais dificuldades de acesso aos seus direitos. A discriminação também faz com que menos recursos estejam disponíveis para eles.

5. Participação: deve estar presente no desenho de todas as políticas e o orçamento para assegurar a **transparência e o controle social**. A participação permite que mais pessoas pensem sobre como será o planejamento e quais projetos e programas elas necessitam. A participação garante que vários grupos diferentes decidam como melhorar suas vidas, e não somente os técnicos, que não conhecem profundamente suas realidades.



Principais direitos humanos

A seguir, apresentamos uma tabela com o resumo dos principais assuntos que abordamos na Metodologia Orçamento e Direitos:

O que são os direitos humanos?	Direitos humanos são valores que, uma vez assumidos pelas instituições e pela sociedade, impactam a vida das pessoas para que possam viver com dignidade.
Por que trabalhamos com direitos humanos?	As oficinas sobre direitos humanos têm o objetivo de sensibilizar os/as educandos/as em relação à solidariedade e às injustiças pelas quais passam ou veem outras pessoas passando.
Qual é o papel do Estado em relação aos direitos humanos?	O Estado tem a obrigação de respeitar, proteger e promover os direitos humanos de todas e todos que vivem em seu território.
	O Estado arrecada uma parte importante de toda a riqueza do país por meio de impostos, taxas e contribuições. Essa riqueza deverá ser investida de volta na sociedade. Os mecanismos de arrecadação e a aplicação dessa riqueza deveriam garantir os direitos de cidadãos e cidadãs e promover a igualdade.
O que é necessário para que o Estado cumpra os direitos humanos?	Só há direitos humanos se os recursos gerados pela sociedade forem recolhidos e distribuídos de forma justa. Efetivar direitos custa dinheiro.
	É necessário que o Estado faça investimentos e dedique partes do orçamento para garantir os direitos humanos. Ou seja, é necessário que haja financiamento.
O que é o neoliberalismo e o Estado neoliberal, e como isso afeta a garantia de direitos?	O neoliberalismo é uma doutrina econômica que prega que o Estado deve dar à iniciativa privada o direito de explorar a maior parte da produção e dos serviços, transformando-os em mercadorias. Ou seja, permitindo que um pequeno grupo lucre com eles. É um conjunto de ideias que prega que o Estado deve investir o mínimo nos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários; mas que deve dar fundos para as grandes empresas.

O que é o ciclo orçamentário?	É o planejamento de onde investir o orçamento disponível para cada ano. É um ciclo de três leis e quatro etapas, realizado em cada âmbito (municipal, estadual e federal) a partir de um calendário oficial. É importante conhecer para saber em que momento é necessário agir e sobre qual poder público.
Qual a função dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário neste processo?	Poder Executivo: elabora as propostas de planejamento orçamentário. Executam o orçamento após a sua aprovação. Poder Legislativo: discute as propostas de orçamento e apresenta emendas que as modifiquem. Aprovam o planejamento final, com as modificações. Também julgam as contas apresentadas pelo executivo. Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública: não discutem, não votam, nem aprovam o orçamento. São chamados a intervir quando qualquer irregularidade é encontrada.
Suas três leis: 1) o Plano PluriAnual 2) a Lei Orçamentária Anual 3) Lei das Diretrizes Orçamentárias (VER RESUMO AO FINAL)	Em cada uma das três leis é possível procurar e localizar quais delas contém informações sobre o orçamento do tema de interesse dos/as educandos/as.
Suas quatro etapas: 1) a formulação da proposta de planejamento 2) a discussão e a aprovação da proposta, e suas modificações 3) a execução das despesas deste planejamento 4) a prestação de contas e a avaliação; (VER RESUMO AO FINAL)	A partir do tema de interesse dos/as educandos/as, poderemos saber detalhadamente em qual dessas etapas é possível intervir no ciclo orçamentário, a partir do calendário oficial e traçar um plano de incidência.

Qual é o destino dos recursos públicos?	Podemos pensar que o destino dos recursos públicos é chamado de despesas orçamentárias, e diz respeito a quanto foi destinado a determinado assunto e quanto foi gasto de fato.
Como são classificadas as despesas orçamentárias?	Para fins de monitoramento, as despesas são classificadas em: • Natureza de despesa • Funcional e programática
Como são feitas as alterações na Lei de Orçamento Anual – LOA?	Apesar dos planejamentos, pode haver mudanças de planos por parte dos governos. As alterações são a partir de: • Reduções, por meio do contingenciamento • Acréscimos, por meio de diferentes tipos de crédito
O que são tributos?	O tributo é uma obrigação de cada pessoa ou instituição com o Estado. Todos/as precisam pagar, em dinheiro, quantias estabelecidas por lei. O tributo não deve ser entendido apenas como um meio de financiar o Estado, mas também como uma forma de promover direitos de maneira solidária e combater as desigualdades.
O que é o sistema tributário?	O sistema tributário consiste no que o Estado arrecada dos cidadãos e cidadãs, e das empresas. Deve ser baseado em uma arrecadação que leve em conta a capacidade de contribuição de cada pessoa ou organização; quer dizer que quem ganha mais, e quem detém mais riqueza, deve pagar mais. Porém, no Brasil, ao contrário, a arrecadação recai com mais peso sobre os setores mais pobres da população.

O que é a carga tributária e como ela afeta as pessoas e os diferentes setores no Brasil?	A carga tributária é um indicador que expressa a relação entre o volume de recursos (impostos, taxas e contribuições) arrecadados pelo Estado e a quantidade de riqueza produzida no país (o Produto Interno Bruto - PIB). Muitas vezes, o debate sobre o volume de tributos se resume a criticar ou a defender se é necessário cobrar poucos ou muitos impostos. Porém, outras questões devem ser consideradas, não somente o volume de tributos, mas de quem é cobrado e se o sistema tributário reduz ou não as desigualdades.
O que são tributos diretos e indiretos?	Tributos diretos são cobrados diretamente das pessoas. O imposto de renda é direto porque se cobra sobre o quanto a pessoa ganha de salário da pessoa: quanto maior a renda, maior o tributo. Os impostos sobre o patrimônio também são diretos. Tributos indiretos não levam em conta quanto cada um/a ganha, mas incidem sobre mercadorias ou serviços, como o ICMS ou o IPI. A partir destes tributos podemos avaliar se o sistema tributário é justo ou não, pois é possível saber quanto cada pessoa ou setor paga de impostos
O que se pode deduzir sobre o sistema tributário a partir disso?	Os tributos sobre o consumo afetam principalmente quem possui uma renda mais baixa, pois estas pessoas pagam proporcionalmente muito mais do que as pessoas ricas. Os impostos sobre o patrimônio poderiam afetar setores mais ricos da população, porém, no Brasil, o valor cobrado é baixo.
Cada tipo de tributo recai principalmente sobre quem?	Além disso, há algumas fontes importantes de arrecadação ignoradas: o tributo sobre grandes fortunas (não é cobrado) e o tributo sobre heranças (arrecada-se pouco). O Estado poderia e deveria arrecadar também nas movimentações financeiras.

O que são sistemas tributários regressivos ou progressivos?	Um sistema tributário progressivo é aquele em que os tributos incidem proporcionalmente mais sobre quem tem maior capacidade de pagamento. Ou seja, quem tem mais paga mais. Em um sistema regressivo ocorre o contrário, paga mais tributos, proporcionalmente, quem tem menos. O nosso sistema é regressivo.
O que é justiça fiscal?	Consiste em organizar o sistema de forma que os tributos sejam cobrados de forma justa (ou seja, que, na prática, contribua mais quem tem mais); e que os gastos sejam executados de forma a enfrentar as desigualdades.
Quais são os três princípios da justiça fiscal?	1. Quem ganha mais deve contribuir mais. 2. Que os recursos arrecadados devem ser usados para a promoção de direitos humanos. 3. Que deve haver retorno por parte de setores ricos que recebem incentivos, isenções ou reduções no pagamento de tributos.
Como é o panorama tributário no Brasil?	Não há interesse das classes altas em reduzir as desigualdades sociais no Brasil, nem de promover a redistribuição de renda e riqueza. Os grupos poderosos bloqueiam ou restringem a aplicação de princípios de justiça fiscal. No caso brasileiro, na teoria, o sistema tributário aponta para a justiça fiscal, mas, na prática, ele é um dos mais injustos do mundo.

Quais são as falhas na arrecadação do Estado brasileiro? Há outras fontes de receita que poderiam ser aproveitadas?

- Os chamados gastos tributários ou isenções fiscais (casos em que o Estado ao invés de gastar com uma política, deixa de arrecadar) possibilitam que outros agentes tomem decisões políticas em relação aos direitos (educação, saúde, etc.).
- A sonegação fiscal é um crime realizado sobretudo por grandes empresas para pagar menos tributos.
- A elisão fiscal não é considerada um crime, mas é uma manobra também realizada por grandes empresas para pagar menos tributos, prejudicando a arrecadação do país.
- Muitas empresas possuem uma altíssima dívida com o Estado, chamada de dívida ativa.

No que isso implica?

Se há menos arrecadação, haverá menos investimento em direitos.



O que é austeridade fiscal?	É a ideia de que o governo deve limitar as despesas primárias (com gastos sociais e outros e investimentos) e deixar soltas as despesas financeiras (com o sistema da dívida). Ou seja, é uma linha de pensamento sobre a economia que prioriza o sistema financeiro em detrimento da garantia dos direitos.
Quem promove a austeridade fiscal?	Para além dos governos que implementam medidas de austeridade, há instituições internacionais (por exemplo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) que promovem programas de austeridade, impostos a diversos países em troca de financiamentos e empréstimos.
Quais são as medidas de austeridade mais comuns?	• Privatização de empresas e serviços públicos. • Redução dos serviços públicos por meio de diminuição das despesas. Implementação de parcerias público-privadas, as chamadas PPP. • Acordos de livre comércio, impulsionados pelos interesses das multinacionais, e negociados com pouca transparência. • Reformas trabalhistas e da previdência, com o objetivo de que as empresas e o Estado tenham menos obrigações em relação aos direitos. • Incentivo à implementação de políticas focalizadas e não políticas universais de promoção de direitos. • Isenção fiscal para grandes empresas. • Terceirização das políticas sociais.

O que é a realização progressiva dos direitos humanos?	A realização progressiva dos direitos humanos parte do princípio que os direitos devem ser sempre ampliados, nunca retrocedidos. Uma das bases desta ideia é o conceito de não retrocesso social. Significa que um legislador (vereador, deputado ou senador) não pode decidir eliminar os recursos destinados aos direitos garantidos por lei. Além disso, o legislador deve buscar ampliar progressivamente a concretização dos direitos fundamentais. Este princípio faz oposição à ideia de que o Estado não efetiva as políticas públicas por falta de recursos. É um dever do Estado garantir o mínimo básico, ou seja, uma situação material mínima para que ninguém se encontre em situação de indignidade.
O que é a interseccionalidade?	É uma abordagem que cruza diversos fatores, como gênero, classe e raça. É um conceito pensado a partir das raízes históricas coloniais e culturais das discriminações. A interseccionalidade reconhece que os tipos de discriminação não são simplesmente "agregados", mas interagem uns com os outros para intensificar a discriminação. Para analisar e agir sobre as desigualdades e injustiças é necessário considerar de forma mais completa possível a complexidade das pessoas. A interseccionalidade corresponde ao cruzamento entre várias categorias com o objetivo de abarcar essa complexidade. Por exemplo, uma mulher negra lésbica e pobre está em situação de desvantagem em relação a uma mulher branca heterossexual e rica.
O que é discriminação institucional	É a forma como as instituições funcionam, por conta de como foram construídas e como permanecem, que coloca pessoas de grupos discriminados em situação de desvantagem. É quando há violência e discriminação no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por outras instituições. Por exemplo, apesar de representarem mais da metade da população, as mulheres ocupam somente 10% das cadeiras do Congresso Nacional.

O que o orçamento tem a ver com a discriminação?	O orçamento público deve garantir que as políticas públicas sejam efetivas. Para isso, é necessário entender como as desigualdades afetam especificamente cada setor da sociedade, para entender o que cada grupo precisa. O orçamento precisa ser pensado a partir da interseccionalidade e destinar recursos para setores específicos, entendendo as diferentes necessidades.
Para que servem a participação popular e a incidência?	A participação popular significa incidir e interferir nas decisões que o governo toma sobre a vida das pessoas.
O que é o controle social?	É um instrumento de participação, dos cidadãos e das cidadãs, de promoção de transparência e combate à corrupção, por meio do controle dos gastos públicos. Realizar controle social significa: • participar da formulação e execução das políticas públicas, conferindo se está sendo aplicado o máximo de recursos disponíveis; • avaliar a progressividade do sistema tributário; • verificar a correta aplicação dos recursos públicos; • propor melhorias e mudanças nas políticas públicas, incluindo medidas de inclusão de grupos sistematicamente discriminados (mulheres, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, comunidade LGBTI, pessoas com deficiência, imigrantes, refugiados); • transparência e prestação de contas, ou seja, publicidade dos recursos recebidos; • verificar se existem avanços na promoção dos direitos humanos, ou seja, se há progressividade. O controle social e a participação são interligados, são partes do mesmo processo. Isso não aconteceria sem a existência de espaços de participação, e pessoas e organizações dispostas a acompanhar as ações do Estado.

Direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à propriedade, a votar e a ser eleito, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à alimentação, à habitação, à seguridade social, à educação, à cultura, ao transporte e ao meio ambiente, entre outros.



O papel dos três poderes no ciclo orçamentário

Poder Executivo -> elabora as propostas de planejamento orçamentário. Também são eles/as que irão executar o orçamento após a sua aprovação.

Poder Legislativo -> discute as propostas de orçamento e propõe emendas que as modifiquem. Ao final dessas discussões, ainda precisam aprovar o planejamento final, com as modificações propostas. Ao final de todo processo, este poder também julga as contas apresentadas pelos/as chefes do executivo para saber se o planejamento foi colocado em prática.

Sistema de justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) -> não discute, não vota, nem aprova o orçamento. Porém, é chamado a intervir quando qualquer irregularidade é encontrada pelos órgãos de controle interno (por exemplo, a Controladoria-Geral da União), externo (os tribunais de contas) ou social (conselhos de políticas públicas específicas). O sistema de justiça

pode e deve atuar também quando alguns direitos não estão garantidos no orçamento.

Órgãos encarregados da fiscalização e do julgamento das contas públicas:

CONTROLE EXTERNO

Poder Legislativo:

- Câmaras municipais,
- Assembleias legislativas
- Congresso Nacional
- Tribunais de contas

CONTROLE INTERNO

- Controladorias: órgãos de controle interno, responsáveis conferir a economia das instituições (para monitorar o governo federal, por exemplo, temos a Controladoria Geral da União – CGU)

QUADRO RESUMO – LEIS ORÇAMENTÁRIAS

As três leis orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual – são elaboradas pelo Executivo e aprovadas pelo Legislativo, nos três níveis de governo – União, Estados e Municípios:

1. **Plano Plurianual – PPA:** é o planejamento para as contas públicas, definindo as estratégias, diretrizes e metas do governo por um **período de quatro anos**. É elaborado no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo e vale do ano seguinte até o primeiro ano de mandato do próximo governante.

No PPA são definidos os programas e as ações que serão realizados nos próximos quatro anos. Todos os projetos que o governo pretende desenvolver devem ser listados neste plano.

O orçamento brasileiro é **autorizativo**, e não impositivo, ou seja, o Congresso Nacional autoriza as despesas para aquele ano, isto é, o **planejamento de**

receitas e gastos não obriga que eles sejam realizados. Não há garantia de que os programas previstos no PPA serão de fato implementados. Porém, trata-se de um documento fundamental na reivindicação da inserção de políticas, objetivos e metas voltados à realização de direitos, uma vez que os programas e ações que não são autorizados por meio dele não podem ser executados posteriormente pelo Poder Executivo.

Após a aprovação do Plano Plurianual, ele servirá de referência para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO: complementa o planejamento indicando as **prioridades e metas do governo para cada ano**, bem como os cenários macroeconômico e fiscal que permitem a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA. Tendo como base os programas e ações definidos pelo PPA, a situação econômica e a previsão de recursos disponíveis, a LDO define as prioridades do governo para o próximo ano, isto é, **os programas e projetos que estão em primeiro lugar na fila para receber verbas no ano seguinte.**

3. Lei Orçamentária Anual – LOA: tem o objetivo de **estimar a receita disponível e a previsão de despesas para o orçamento do ano seguinte**, distribuindo o orçamento para cada um dos programas e ações. **Todas as receitas públicas, inclusive suas fontes, devem estar discriminadas na LOA.** Assim, nenhum gasto poderá ser efetuado por qualquer entidade ou órgão público sem que os recursos estejam devidamente previstos na LOA.

É na LOA que o governo mostra seu programa de trabalho e sua política econômico-financeira. **O Governo Federal, e cada estado e município cria sua LOA.** Em seu planejamento, o Executivo decide como e onde vai aplicar os recursos públicos. É nessa hora que o prefeito, o governador e o presidente definem quais promessas feitas na campanha eleitoral serão atendidas no ano seguinte.

CICLO ORÇAMENTÁRIO



CALENDÁRIO - CICLO ORÇAMENTÁRIO

	PPA		LDO		LOA	
	Prazos	Responsável	Prazos	Responsável	Prazos	Responsável
Elaboração	31 de agosto do primeiro ano de mandato	Executivo	15 de abril de todos os anos	Executivo	31 de agosto de todos os anos	Executivo
Discussão/ Votação	Até 22 de dezembro	Legislativo	Até 17 de julho	Legislativo	Até 22 de dezembro	Legislativo
Execução	Durante os 3 últimos anos de um governo e o primeiro ano do governo seguinte	Ministérios, secretarias e outros órgãos do executivo	Durante a elaboração da LOA e o ano seguinte	Ministérios, secretarias e outros órgãos do Executivo	1º de janeiro a 31 de dezembro do ano seguinte	Ministérios, secretarias e outros órgãos do Executivo
Avaliação e controle	Interno durante a execução. Externo durante a execução	Ministérios Legislativos, Tribunal de Contas e sociedade civil	Interno durante a execução. Externo durante a execução	Ministérios Legislativos, Tribunal de Contas e sociedade civil	Interno durante a execução. Externo durante a execução	Ministérios Legislativos, Tribunal de Contas e sociedade civil

QUADRO RESUMO TRIBUTOS

Renda

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF
- Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ

Transações e movimentações financeiras

- Imposto sobre Operações
- Financeiras (IOF)

Consumo

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
- Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
- Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS
- Imposto sobre Valor Agregado - IVA
- Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)
- PIS/CONFINS

Patrimônio

- Imposto sobre grandes fortunas (não regulamentado)
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD (herança)
- Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e
- Imposto Territorial Rural - ITR
- Imposto sobre Veículos Automotores - IPVA

QUADRO Resumo Alterações na LOA



LOA: quantia planejada
para um ano



É possível:
cortar gastos:
contingenciamento

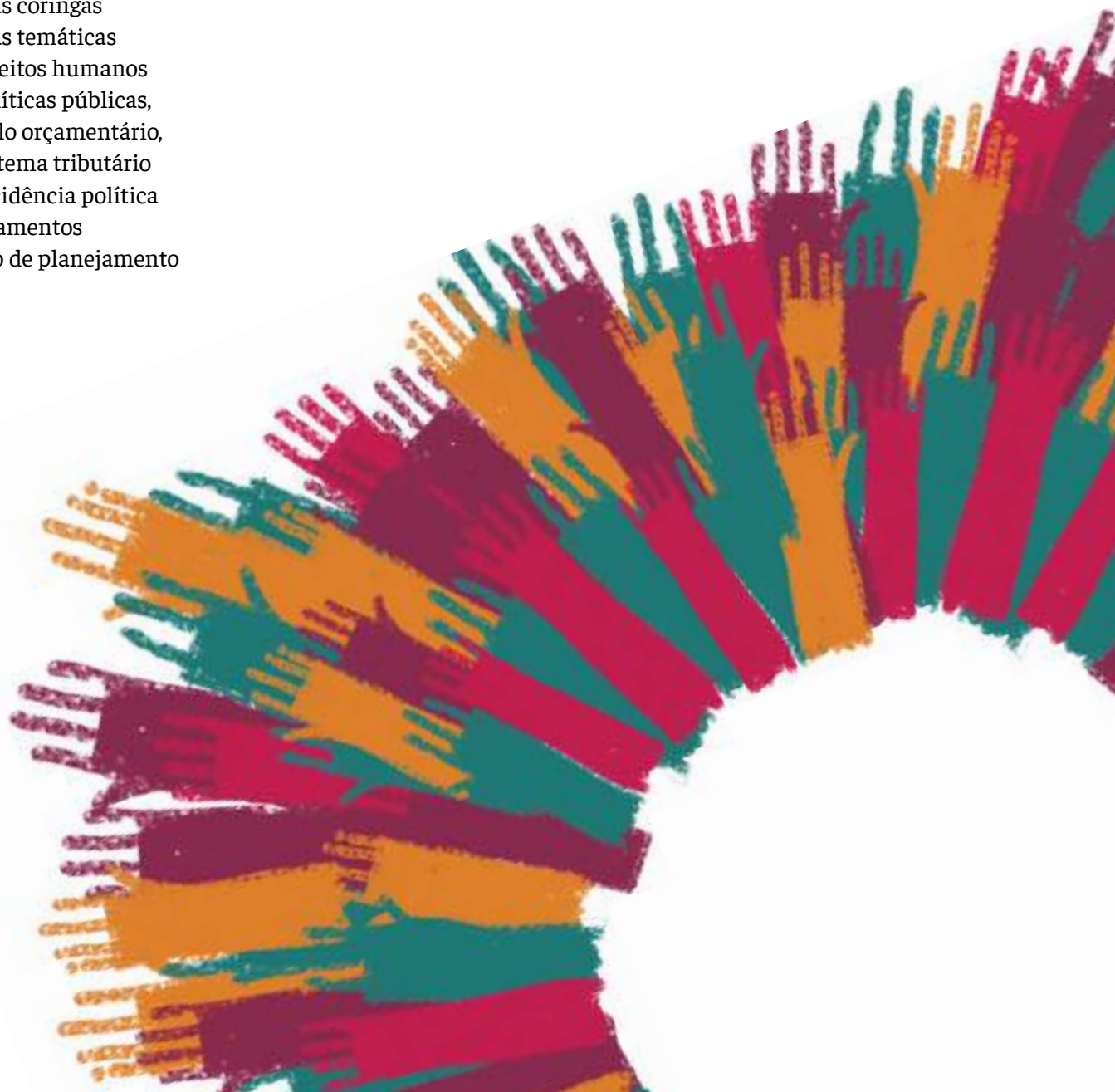


Aumentar as despesas: créditos
adicionais

Parte 2 – CAIXA DE FERRAMENTAS

Esta caixa de ferramentas contém:

- Místicas, aberturas e apresentações
- Oficinas coringas
- Oficinas temáticas
 - direitos humanos
 - políticas públicas,
 - ciclo orçamentário,
 - sistema tributário
 - incidência política
- Encerramentos
- Modelo de planejamento



1. AS MÍSTICAS, ABERTURAS E APRESENTAÇÕES

A mística procura relacionar a causa defendida com um conteúdo crítico, demonstrando a importância do saber popular. É uma prática que ajuda a descontrair, mas ao mesmo tempo faz com que os/as participantes se concentrem na atividade. Ao propor uma mística, é possível criar um clima que permaneça durante o resto do dia. Para iniciar uma oficina, é importante uma dinâmica de abertura e acolhida, que pode ser organizada pelos/as educadores/as ou pelos/as educandos/as. Em geral esta demanda é aceita e os grupos organizam as místicas. No entanto, se não se sente confortável, o/a educador/a deve ter uma atividade programada para colocar no lugar, como por exemplo, uma roda de acolhimento. Alguns grupos demonstrarão mais disposição de participar de dinâmicas e jogos, outros não. Se não houver esta disposição, o/a educador/a deve entender e propor outro tipo de atividade, mais adequada ao grupo.

Mesmo tocando em questões sensíveis, algumas vezes, e em histórias de vida delicadas, o educador/a deve procurar conduzir a mística tirando o foco do sofrimento dessas histórias, e direcionando para o reconhecimento que elas aconteceram e acontecem e para a esperança da mudança. Para isso, o educador/a deve se sentir seguro e também conseguir demonstrar essa segurança.

Para o planejamento das místicas, é importante sempre pensar nas seguintes questões:

- Quais são os objetivos da atividade (integração, quebra-gelo, sensibilização, etc.);
- Se ela funciona com o número de participantes previsto;
- A mística deve durar aproximadamente entre 5 e 15 minutos;
- É essencial fazer sempre a lista e providenciar os materiais que serão utilizados.
- É importante pensar em uma forma de fechar a mística, para evitar fique solta.

ABERTURAS

- O/A educador/a pode escolher uma música ou poema que tem relação com o local e com a causa para que os/as participantes anotem passagens com as quais se reconheçam. Finalizar com um momento para conversar sobre este reconhecimento.
- Se o/a educador/a for solicitar uma atividade para o grupo, ele/a pode sondar se algum/a participante é poetas ou declamador/a, contador/a de histórias, músico/a ou artista popular no geral. É interessante que essas pessoas ou outras que possuam posições de liderança ou influência puxem esta atividade.
- (Para um segundo dia, ou segundo momento de uma oficina) Em roda, solicitar para cada um/uma ir relatando como foi a formação desde o primeiro momento, sendo complementado por outro/a e assim por diante, até acabar a roda ou o relato do processo. O objetivo é criar uma memória e refrescar o que já avançou na discussão. É interessante que esta memória fique registrada, por exemplo, em tarjetas ou papel pardo, etc. Se o encontro for de mais de um dia, pode-se criar uma equipe de memória, que na segunda manhã apresente uma pequena síntese do que já foi feito, a ser complementada pelos demais.

APRESENTAÇÕES

Caracol

Pedir para os participantes pensarem em:

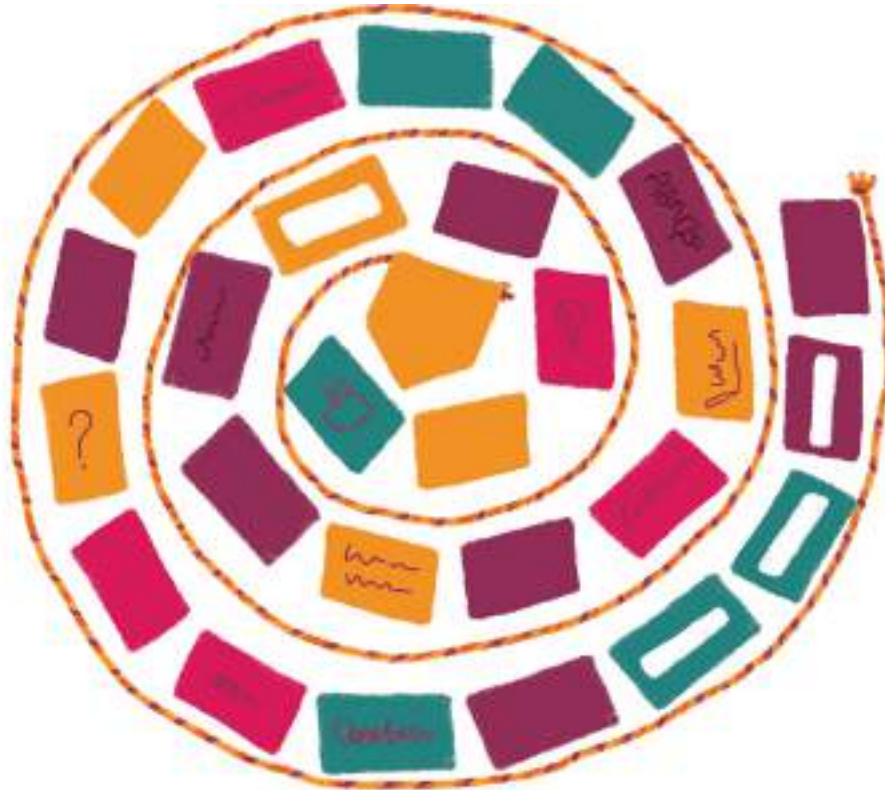
- “o que você traz para a formação”
- “o que você quer levar”

Escrever cada uma dessas ideias em uma tarjeta, que deverão ser colocadas no Caracol:

- i. de centro para fora;
- ii. de fora para o centro.

(um movimento para dentro do caracol e outro para fora)

Este material pode ficar no chão ou afixado em uma parede após a conclusão da atividade, para que ao final possa servir também para a avaliação final.



- Objeto: Pedir previamente que todos/as tragam algum objeto e que pensem em algumas palavras para se apresentar oralmente. Os objetos devem ser significativos para compor um mosaico no final. O educador/a deve praticar uma escuta atenta neste momento, para poder fazer o link de alguns elementos com o assunto da oficina.
- Apresentação dos/as oficinairos/as: Explicar quem são, o porquê e o objetivo

das formações. Se participarem de alguma instituição, passar um vídeo institucional ou algum vídeo introdutório sobre a temática.

- *Apresentação da ideologia:*

- i. Antes de começar a dinâmica, falar brevemente sobre educação popular e os processos de construção coletivos.

- ii. Depois desta reflexão, sugerir uma dinâmica de apresentação: o educador/a entrega 2 tarjetas para cada e canetões.

Todos/as devem escrever seus nomes e duas características pessoais a serem compartilhadas em uma tarjeta, e na outra o nome e características da organização que trabalham/participam.

- iii. Formam-se duplas que devem compartilhar as características pessoais e das suas organizações.

- iv. Retorna à plenária e um apresenta o outro e a instituição do outro.

Alongamento:

Se a jornada pela frente for longa, o dia inteiro de oficina, em que todos/as ficarão grande parte do dia sentados/as, o educador/a pode sugerir uma roda para um breve alongamento (no qual todos/as se levantem, alonguem os braços, soltem o corpo para frente para encostar a mão no chão, se for possível, balançar para os lados para soltar o quadril, etc.). Pode-se sugerir que cada pessoa proponha um movimento diferente.

Esta atividade pode ser feita depois do lanche, ou do almoço, quando geralmente as pessoas demoram um pouco mais para se concentrarem. O/A educador/a deve ter cuidado para não forçar nenhum movimento brusco, para que ninguém se machuque, e também observar as possíveis limitações físicas de algum/a participante.

Nó humano (para abrir um segundo momento de oficina)

O desafio é formar um círculo, desfazendo o nó que se formará pelos braços de todos/as. O objetivo é pensar soluções coletivas para nossos problemas, reafirmar a possibilidade de ação diante de uma conjuntura difícil, trabalhar cooperativamente.

Os/as educadores/as chamam as/os participantes a ficarem em roda, em pé. Na roda, relembrar as dificuldades que percebemos com os dados vistos: estamos diante de um nó de difícil resolução, mas parte da sensibilização é pensar o que podemos fazer diante desse contexto.

Os/as participantes são chamados/as a fazer um círculo pequeno e a colocar as mãos para frente: as mãos tem que ser dadas para duas pessoas diferentes, que não estejam ao seu lado. Todas as mãos ficarão emboladas e é importante que olhemos atentamente para o tamanho do problema que temos diante de nós. O desafio é desfazer a emboiação sem “desdar” as mãos.

As/os educadores/as orientam para que a atividade funcione com todo o grupo dialogando e pensando junto os movimentos a serem feitos.

Quando o nó estiver desfeito, fechar a dinâmica com uma fala sobre como a conjuntura que enfrentamos é complicada como este nó que foi desfeito.

Diante desta situação, o que podemos fazer?

Jogos e dinâmicas no geral

Há diversos livros e manuais de dinâmicas, geralmente da área da psicologia e do serviço social. Nestes materiais, podemos encontrar diversas propostas interessantes, que podem ser adaptadas pelo/a educador/a, com um cuidado: diversos materiais possuem um viés corporativo, no qual os objetivos são a competição e a produtividade. A educação popular procura exatamente o contrário, a construção coletiva e o senso crítico, por isso, o educador/a pode dar preferência a jogos cooperativos.

2. OFICINAS CORINGAS

Chamaremos aqui de oficinas ou estruturas coringas os modelos de oficina que podem ser adaptados para várias situações.

Para um planejamento dinâmico, que não seja entediante nem cansativo, é importante alternar atividades que envolvam reflexões individuais e coletivas, além de também utilizar recursos lúdicos.

Explicação das estruturas básicas coringas

Diálogo simples a partir de perguntas abertas

A partir de uma lista de perguntas já previamente preparada, o/a educador vai ‘puxando’ um diálogo com o grupo. As respostas podem ser escritas em fichas (sintetizadas em palavras-chave, para facilitar o entendimento) e afixadas na parede, ou escritas em um quadro. O/A educador/a deve ter cuidado neste momento de não seguir a lógica de respostas “certas X erradas”, mas procurar construir a partir dos elementos trazidos pelos/as participantes.

Cochicho

O que chamamos aqui de “cochicho” é organizar para que um assunto seja debatido em grupos pequenos, após uma introdução, para depois ser debatido entre todos/as participantes.

A partir do assunto de interesse, o/a educador/a poderá escolher um texto, ou tópicos para que cada grupo discuta. Se for interessante reorganizar o grupo, o/a educadora pode misturar os/as participantes.

Durante o tempo em que os grupinhos estiverem discutindo o texto, o educador/a poderá transitar e acompanhar as discussões, se certificando que a proposta foi entendida. O/A educador/a pode dar algumas sugestões e tirar dúvidas nos grupos, mas buscando não interferir muito.

Após o tempo previsto de finalização da discussão dos grupos, o/a educador/a deve chamar todos/as para voltarem para a roda e cada grupo pode resumir o que discutiu. Em seguida, o educador/a deve integrar as discussões

e facilitar as sínteses, de acordo com o objetivo daquela atividade.

Dramatização

A dramatização de cenas do cotidiano dos/das participantes é um recurso que pode ser usado para sensibilização e conscientização. A atividade consiste em organizar uma encenação através de papéis, com o objetivo pedagógico de gerar transformações. A dramatização pode contar com diversos elementos da metodologia do Teatro do Oprimido, criada por Augusto Boal nos anos 60. O objetivo desta prática é aprofundar as relações sociais e refletir criticamente sobre o mundo, tornando possível avaliar coletivamente os valores da sociedade.

Linha do tempo/panorama da situação

A linha ou o panorama pode ser usado em diversas ocasiões, e uma ferramenta muito útil para entender uma conjuntura e construir entendimentos coletivos sobre situações específicas. A linha pode ser uma corda estendida no chão, ou um traço feito na parede, com linha ou fita.

O/A educador/a deve indagar sobre determinada situação, com o objetivo de que seja montada uma visão rica em elementos. A partir das respostas dos/as participantes, o/a educadora deve preencher as tarjetas, que serão posicionadas na linha.

Se o objetivo for criar uma linha do tempo, o/a educador/a deve procurar reconstruir a memória a partir dos marcos históricos relevantes para o grupo.

Se o objetivo for criar um panorama, (por exemplo, entender o que uma política pública contempla e o que falta nela), pode servir para olhar o cenário de maneira ampla.

Estas duas atividades valorizam a experiência das pessoas comuns, para além dos grandes fatos históricos e interpretações senso comum. É um conhecimento construído a partir das vivências pessoais e do testemunho e interpretação em primeira pessoa. São atividades que alimentam a memória coletiva e a história oral, reforçando o sentimento de autonomia e pertencimento em um grupo.

3. OFICINAS TEMÁTICAS

DIREITOS HUMANOS

Tema: Direitos Humanos e Políticas públicas

Objetivos: O objetivo desta dinâmica de acolhimento é fazer conexões entre direitos humanos e políticas públicas. É interessante ser usado como aquecimento (antes de outra oficina mais densa) e para sensibilizar sobre a questão.

Duração: 20 minutos

Materiais: Trechos previamente selecionados

Passo a passo:

- i) Utilizar trechos de livros, vídeos e conceitos sobre DH, sobre o Pidesc (Pacto Internacional sobre direitos humanos e sociais), trechos temáticos (de alguém falando sobre algum Direito Humano específico).
- ii) Distribuir os textos para quem se voluntariar a ler e comentar.

Perguntas guiadoras:

O que são direitos humanos?

Por que o direito tal (direito tratado na oficina) é considerado um direito humano?

Tema: A luta pelos direitos

Objetivos: Compartilhar os desafios vividos nos territórios; reafirmar a conexão entre esses desafios combatidos na luta e suas vivências cotidianas; criar leituras comuns sobre tais questões.

Duração:

Primeira parte: 30 minutos

Segunda parte: 50 minutos

Materiais: Tarjetas, pincéis atômicos, fita crepe, quadro ou flipchart, recursos cênicos - figurino, elementos de cenário - a depender dos problemas selecionados.

Passo a passo:

Primeira parte

- i) As/os educadoras/es separarão o grupo em 4 subgrupos. Cada grupo escolhe um desafio que preferir estando de acordo com sua realidade (ex: no contexto das lutas do campo, os desafios podem ser conflitos pela terra; dificuldades de acesso à água, agrotóxicos, etc.). É importante que cada grupo saiba apenas seu tema.
- ii) Os subgrupos se reúnem para pensar uma cena que represente o desafio escolhido, a partir de suas vivências cotidianas. Os/As educadores/as podem pensar em elementos cênicos para oferecer (cenário, figurino, etc.) para facilitar o envolvimento na atividade.

Segunda parte

iii) Cada subgrupo apresentará sua cena para a plenária. Os/as educadores/as perguntam: o que vimos na cena? As palavras chaves são registradas em tarjetas ou no flipchart. (8min por esquete)

iv) Após as apresentações, as educadoras perguntam ao grupo: Conhecemos coisas parecidas às situações representadas? Elas também ocorrem em nossa comunidade?

As palavras chaves são registradas em tarjetas ou no flipchart. (20 min)

Perguntas guiadoras:

Conhecemos coisas parecidas às situações representadas?

Elas também ocorrem em nosso território?

Quais são os problemas que enfrentamos no dia a dia?

Quais são os desafios vividos nesta luta?

Como vocês vivenciam esses desafios no seu cotidiano e no seu território?

POLÍTICAS PÚBLICAS

Tema: Políticas Públicas

Objetivos: Sensibilizar o público de como funciona e das críticas às políticas públicas específicas (políticas de mobilidade, políticas de juventude, etc.).

Duração: Entre 30 minutos e 50 minutos.

Materiais: Trechos de textos separados previamente sobre políticas públicas

Passo a passo:

i) Cochicho em duplas ou em trios, para dialogar sobre como cada um/a percebe a presença de políticas públicas em seus cotidianos.

ii) Comentários em grupos para ler trechos sobre políticas públicas.

Perguntas guiadoras:

O que vocês entendem por políticas públicas?

Vocês conseguem pensar em exemplos?

O que o Estado tem a ver com os Direitos Humanos?

Tema: Linha do tempo

Objetivos: Traçar um histórico de uma situação

Duração: 1 hora e meia

Materiais: Uma corda ou linha, tarjetas, fita crepe, canetões.

Passo a passo:

Fazer perguntas sobre como tal política pública foi construída.

A partir das respostas, traçar um histórico da situação, em uma linha no chão ou na parede.

Perguntas guiadoras:

Quem se lembra do que aconteceu no ano tal?

Quando começou a articulação sobre esta questão?

Em que ano foi aprovada tal medida?

Quem foram os sujeitos de tal ação?

O que nos falta agora?

Tema: Políticas públicas e pilares

Objetivos: A partir do que se discutiu sobre políticas públicas, e utilizando as políticas de interesse do grupo, apresentar os pilares da metodologia, de forma rápida.

Duração: 1 hora e meia

Materiais: Painel com cinco eixos, um para cada pilar.

Passo a passo:

Para iniciar a discussão:

- i) Existem políticas públicas que promovem e outras que não promovem ou até violam direitos humanos. Vamos propor 5 pilares para fazer essa avaliação.
- ii) Distribuir os cartazes (com os pilares da metodologia) pela sala, leitura individual.
- iii) Dividir em grupos, fazer perguntas abertas e depois voltar para o grupo grande para compartilhar.
- iv) A partir da devolutiva dos grupos, fazer apresentação dialogada com as sínteses, relacionando com os pilares da Metodologia. E, por fim, perguntar: Como o orçamento pode assegurar o direito humano aos direitos?
- v) Os/as educadores/as terão pregado, no painel, os cinco pilares da metodologia. Na medida em que os grupos vão se apresentado os facilitadores vão colocando as tarjetas nos respectivos pilares.

Pergunta guiadoras:

O que viram nesta política que vale ser ressaltado?

Como é financiada a política?

É transparente?

Faz sentido analisarmos esta política pública para nossa incidência?

ORÇAMENTO PÚBLICO

Tema: Orçamento Público

Objetivos: Entrar em contato com as disputas políticas envolvidas no orçamento público; estabelecer conexões entre orçamento público e os problemas vivenciado na realidade específica.

Duração: 1 hora e 20 minutos.

Materiais: Papel pardo, canetão, fita crepe, tarjetas.

Manchetes relacionadas às questões a serem abordadas e que também contenham os assuntos dos cinco pilares.

Passo a passo:

- i) Os/as educandos/as receberão trechos de textos e manchetes previamente selecionadas, que abordarão os cinco pilares a partir do viés orçamentário.
- ii) Os grupos discutirão separadamente a relação entre o que já foi discutido na oficina de sensibilização e as notícias escolhidas, registrando o debate em um papel pardo. (40min)
- iii) Cada grupo apresentará sua discussão para a plenária, com facilitação e registro dos/as educadores/as. (35min)

Perguntas guiadoras:

O que entendemos das manchetes apresentadas?

Já ouvimos falar desse tema?

Como as manchetes que estamos lendo se relacionam com o que já vimos até agora? (quando o grupo tiver passado por uma sensibilização anterior)

CICLO ORÇAMENTÁRIO

Tema: Ciclo Orçamentário

Objetivos: Sensibilizar para a importância de se conhecer o ciclo orçamentário para incidência em políticas públicas.

Duração: 45 minutos

Materiais: Papel pardo e cola de facilitação, canetões, fita adesiva, tabela com os valores comparados para a próxima PLOA, datas das leis orçamentárias.

Passo a passo:

Fazer a explicação do ciclo orçamentário a partir da LOA e levar exemplos

de ações do PPA e da LOA nacionais, com as com tarjetas previamente confeccionadas e complementando a partir das respostas, em uma exposição dialogada.

Perguntas guiadoras:

O que sabemos sobre orçamento público?

Quais diferenças podemos ver entre os valores dos últimos anos?

Tema: Ciclo orçamentário

Objetivos: Visualizar tempos, atores, responsáveis e conteúdos gerais de cada documento do ciclo.

Duração: 1h30

Materiais: Texto ou vídeo (e projetor) selecionado sobre orçamento.

Passo a passo:

i) A depender do nível de conhecimento dos/as educandos/as, utilizar o Orçamento Cidadão ou um texto mais simples sobre o processo orçamentário, que tenha atores (parlamentares, assessores parlamentares, gestores do executivo, população), prazos e conteúdos dos principais documentos.

ii) Em grupos de 5 a 10 pessoas, solicita-se que montem uma encenação teatral.

iii) Após a encenação, o facilitador/educador amarra a atividade, montando uma linha do tempo na parede com os elementos: documentos, prazos, atores responsáveis, sinalizando para os momentos de possível participação social e incidência.

Perguntas guiadoras:

O que o orçamento público tem a ver com os nossos problemas?

Quais são as disputas que acontecem pelo orçamento?

Em que momentos é mais interessante incidir sobre este processo?

Tema: Ciclo Orçamentário e Acompanhamento de Orçamento Temático

Objetivos: Montar uma proposta de acompanhamento de Orçamento Temático

Duração: 1 hora

Materiais: Programas e ações orçamentárias selecionadas, relacionadas com o assunto que o grupo se interessa.

Passo a passo:

i) Dividir em grupos para discutir o ciclo orçamentário. Cada grupo seleciona programas e ações.

- ii) Em pequenos grupos selecionar programa no PPA.
- iii) Selecionar as ações na LOA que devem compor um Orçamento Temático sobre o tema de interesse.

Perguntas guiadoras:

Quais são as disputas que acontecem neste âmbito do orçamento?

Como se faz um orçamento temático?

Quais são as áreas que podemos relacionar?

Tema: Quebra-cabeça do Ciclo Orçamentário: LOA de uma cidade

Objetivos: Entender as etapas do ciclo orçamentário

Duração: 1 hora

Materiais: Algumas cópias dos trechos de notícias sobre a aprovação da última LOA da cidade, papel pardo ou quadro para desenhar o esquema da LOA e das quatro etapas.

Passo a passo:

- i) Exposição sobre o que é o ciclo, a LOA e as etapas (destaque para quem são os atores - três poderes).
- ii) Dividir em grupos, cada grupo recebe as mesmas notícias. O desafio é colocar as etapas do ciclo orçamentário em ordem a partir dos trechos.
- iii) Sintetizar o resultado em um quadro ou papel pardo para que fique visível para todos e todas no resto do dia.
- iv) Falar sobre as semelhanças do processo de aprovação da LDO e do PPA.
- v) Fala final sobre a disputa neste processo.

Perguntas guiadoras:

O que o orçamento público tem a ver com os nossos problemas?

Porque ele funciona desse jeito?

Quais são as disputas que acontecem pelo orçamento?

Onde nossa incidência pode ter mais resultado?

Tema: Atividade prática sobre execução orçamentária

Objetivos: Identificar no orçamento os recursos financeiros relacionados com a política de interesse.

Duração: 1h30

Materiais: Projetor e dados impressos

Passo a passo:

- i) Demonstrar como buscar no “sistema” da cidade a execução orçamentária-

ria (15 minutos)

ii) Em trios, buscar a execução orçamentária de ações (45 minutos)

iii) Em plenária, dialogar sobre a experiência. (30 minutos)

Perguntas guiadoras:

Como a experiência pode ser útil no seu dia-a-dia?

Qual sua análise sobre os resultados encontrados?

Tema: Dados orçamentários comparativos

Objetivos: Conhecer um pouco da distribuição orçamentária de um campo específico, as desigualdades e os estímulos aos empresários no mesmo campo (por exemplo: agronegócio X agricultura familiar). Perceber em números as prioridades política dos governos; analisar a atual conjuntura a partir do orçamento público.

Duração: 1 hora

Materiais: Dados orçamentários que demonstrem desigualdades (ex: agricultura familiar X investimento no agronegócio) impressos em tamanho grande.

Fita crepe; papel pardo, canetão.

Passo a passo:

i) Os/as educandos/as encontrarão dispostos no local da oficina dados orçamentários sobre a realidade rural, as discrepâncias de orçamento para o agronegócio e a agricultura familiar e os cortes de políticas públicas.

ii) Em 10 minutos, os/as participantes serão convidados/as a percorrer o local e ler os dados apresentados. De volta à plenária, compartilhamos dúvidas e impressões sobre os dados lidos. Os/as educadore/as registram a discussão.

Perguntas guiadoras:

Se o orçamento público está em disputa política, a quem ele favorece?

IMPOSTOS

Tema: Regressividade tributária

Objetivos: Tornar mais nítida a noção de impostos (diretos e indiretos) e abordar o tema da regressividade tributária

Duração: 1 hora

Materiais: Dinheiro de mentira, papel pardo, canetões e fita crepe

Passo a passo:

- i) Distribuir dinheiro de mentira em valores desiguais para os/as participantes.
- ii) Em seguida, retirar uma porcentagem igual de cada e explicar o que são impostos diretos.
- iii) Depois, vender uma mesma quantidade de balinhas para eles, cobrando uma porcentagem como forma de impostos, explicando o que são os impostos indiretos e seu peso em diferentes contextos.

Após cada um dos exercícios, seguir as perguntas abaixo.

Perguntas guiadoras:

Quais são as suas impressões sobre como é cobrado os impostos de quem tem muito e de quem tem pouco?

Vocês consideram o sistema tributário é justo nos seus cotidianos? (Trazer informações sobre desonerações e a sonegação)

INCIDÊNCIA

Tema: Temos/Não temos

Objetivos: Aquecer para a oficina de incidência

Duração: 30 minutos

Materiais: Linha, tarjetas, fita crepe e canetões.

Passo a passo:

Estender uma linha no chão e, de um lado a tarjeta “o que temos”, do outro “o que não temos” da situação em relação a alguma política pública.

Incentivar que cada pessoa possa escrever elementos em várias tarjetas, e ir posicionando na linha.

Perguntas guiadoras:

O que temos em nosso espaço de atuação?

O que falta?

O que precisamos procurar?

Como podemos reivindicar o que está faltando?

Tema: Incidência

Objetivos: Elencar o passo-a-passo das ações para que o orçamento seja uma ferramenta de incidência dos/as participantes para a promoção dos direitos.

Duração: 1 hora

Materiais: Modelo do Excel, Projetor + tabela Excel

Passo a passo:

i) Após a dinâmica do “O que temos” e “O que não temos”, separar em grupos (por zonas de incidência) para construção do Plano de Incidência:

Grupo 1 – Sociedade e movimentos

Grupo 2 – Comunicação

Grupo 3 – Legislativo

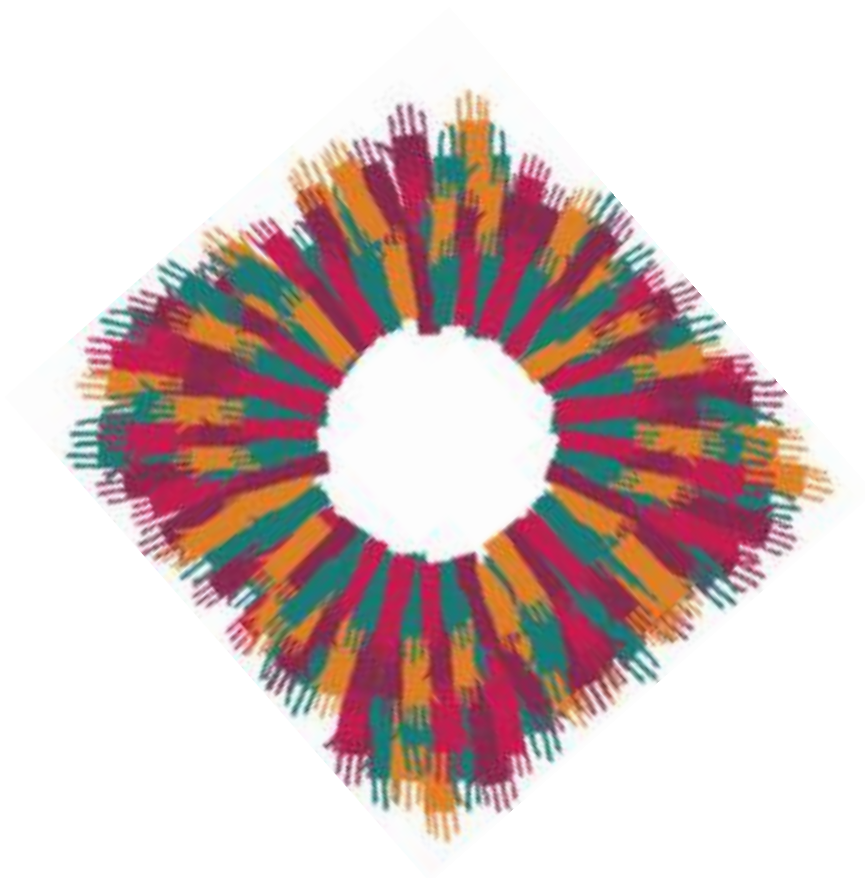
Grupo 4 – Executivo

Grupo 5 – MP e Judiciário (Sistema de Justiça) e/ou Ações de sustentabilidade

Os grupos devem discutir como é possível incidir politicamente em cada âmbito do poder. (30 minutos)

ii) Apresentação dos grupos - Propostas de Incidência (5 minutos cada)

iii) Após apresentação na plenária e, com computador e projetor, acrescentar as ações em uma planilha de Excel para registro e acompanhamento.



4. ENCERRAMENTOS

O encerramento é uma parte muito importante para amarrar os temas trabalhados no dia ou em um ciclo de oficinas. Pode ser feito em forma de mística ou em uma rodada de falas de conclusão. Além disso, como vimos anteriormente, um dos passos essenciais para se certificar que as oficinas estão cumprindo seu propósito são as avaliações, que também podem ser feitas na etapa de encerramento.

Avaliação

Montar três círculos concêntricos, cada um com um significado.

O do centro será o “que bom”, o do meio será o “que tal”, o externo o “que pena”.

Cada participante receberá três tarjetas. Em uma escreverá uma coisa que gostou, em outra uma coisa que não gostou e na terceira uma sugestão.

Os/as participantes apresentam suas tarjetas e a oficina é finalizada.

Materiais: Tarjetas e canetas pra todos/as

Roda de encerramento

O/A educador/a puxa uma fala de encerramento, sugerindo uma rodada de avaliação entre os/as participantes.

Saberes do Encontro

Apresentar os registros realizados durante a oficina e fazer uma roda final, preferencialmente com alguma música que faça parte da cultura do local.

5. MODELOS DE PLANEJAMENTO

HORÁRIO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	ONDE QUEREMOS CHEGAR COM A ATIVIDADE:	OBSERVAÇÕES	MATERIAL
09:00 - 09:30	Acolhimento	Mística de abertura	Quebra	Pode ser proposto pela articulação local	
09:30 - 09: 40	Apresentação	O que faz o INESC? O que vocês acham da programação? As/os facilitadoras/es explicarão brevemente o que é o INESC e os objetivos e programação da nossa participação na oficina.	Conhecer um pouco do INESC e da metodologia Orçamento e Direitos; acordar coletivamente a programação do dia.	Apresentação deve ser breve!	Programação da oficina impressa
09:40 - 10:30	Sociodrama: os desafios enfrentados em um contexto específico de disputa por terra (exemplo)	Quais são os desafios vividos na luta das/dos agricultoras/es familiare? Como você vivencia esses desafios no seu cotidiano e no seu território? 1. As/os educadoras/es separarão o grupo em 4 subgrupos. Cada grupo escolhe um desafio que preferir estando de acordo com sua realidade. 2. Os subgrupos se reúnem para pensar uma cena que represente o desafio escolhido, a partir de suas vivências cotidianas. (20 min)	Compartilhar os desafios vividos em seus territórios; reafirmar a conexão entre esses desafios combatidos na luta pela terra e suas vivências cotidianas; criar leituras comuns sobre tais questões.		Tarjetas, pincéis atômicos, fita crepe, quadro
10:30 - 10:45	Intervalo	Momento para descontração e café			Café, água, e algo para lanchar

10h45-11h20	Apresentação Sociodrama	(Continuação da atividade anterior) 3. Cada subgrupo apresentará sua cena para a plenária. As/os educadoras/es perguntam: o que vimos na cena? As palavras chaves são registradas em tarjetas ou no quadro. (40 min - 8min por esquete) 4. Após as apresentações, as educadoras perguntam ao grupo: Conhecemos coisas parecidas às situações representadas? Elas também ocorrem em nossa comunidade? As palavras chaves são registradas em tarjetas pelas facilitadoras, e dispostas no painel dos pilares (ainda não revelados).	Compartilhar os desafios vividos em seus territórios; reafirmar a conexão entre esses desafios combatidos na luta pela terra e suas vivências cotidianas; criar leituras comuns sobre tais questões.		Painel dos pilares, tarjetas, fita crepe.
11:20 - 12:15	Criando relações entre os desafios no campo e o orçamento público.	O que entendemos das manchetes apresentadas? Já ouvimos falar desse tema? Como as manchetes que estamos lendo se relacionam às cenas que representamos? 1. Estarão dispostas ao grupo 12 manchetes com temas variados relacionados ao orçamento público e desafios do campo para que os subgrupos escolham aquelas com as quais mais se identificaram. 2. nos mesmos subgrupos discutirão a relação entre as cenas apresentadas e as manchetes escolhidas, registrando o debate em um papel pardo. (20min) 3. Cada grupo apresentará sua discussão para a plenária. As tarjetas serão dispostas no painel dos pilares (ainda não revelados), dentro da mão.	Entrar em contato com as disputas políticas envolvidas no orçamento público; estabelecer conexões entre orçamento público e os problemas vivenciado no campo;		Manchetes, papel pardo, canetão, fita crepe, tarjetas. Painel dos pilares.

12:15 - 12:30	Fala de amarração: os desafios no campo e as disputas políticas pelo orçamento público.	O que o orçamento público tem a ver com os nossos desafios? Porque ele funciona desse jeito? As/os educadoras/es farão uma fala relacionando as apresentações trazidas e a necessidade de se olhar atentamente para o orçamento público na luta pelos direitos no campo e apontando a importância das disputas políticas envolvidas nas questões orçamentárias.	Perceber a importância do orçamento público na luta pelos direitos; olhar para o orçamento como um campo de disputa política.	Os registros visuais são muito importantes nesse momento de fala mais expositiva. Recomenda-se que enquanto uma educadora fala a outra esteja anotando palavras-chaves em tarjetas ou no quadro.	Papel para registro e canetão.
	Almoço				
14h - 15h	Apresentação de dados orçamentários acerca da realidade rural.	Se o orçamento público está em disputa política, a quem ele favorece? Ao voltarem do almoço, os grupos se reunirão novamente, escolhendo alguns dados orçamentários que estarão dispostos na sala e que tenham relação com as questões discutidas nas atividades anteriores. Cada grupo deve analisar ao menos um dado, orientado pelas seguintes perguntas: 1. Para que a política a qual o dado se refere serve? Como ela chega em sua comunidade? 2. O que o dado apresentado significa? Quais são as consequências do corte orçamentário nas comunidades? Em um segundo momento, cada grupo apresentará suas análises e as tarjetas serão dispostas no painel dos pilares (ainda não revelados) pelo/as educadores/as.	Conhecer um pouco da distribuição orçamentária para o campo, suas desigualdades e estímulos ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar; perceber em números as prioridades políticas dos governos; conhecer mais da realidade orçamentária de sua região; reafirmar o orçamento público como espaço de disputa política, analisar a atual conjuntura a partir do orçamento público, avaliar as políticas para o campo e construir análise de dados a partir do cotidiano dos educandos/as.		Dados orçamentários impressos em tamanho grande; fita crepe; papel para registrar, canetão, painel dos pilares.

15h - 15h20	Revelação dos cinco pilares da metodologia orçamento e direitos	Qual a contribuição do INESC para análise do orçamento público? A partir das tarjetas já dispostas no painel dos pilares ao longo do dia, as facilitadoras revelarão os pilares até então escondidos, explicando cada pilar da metodologia orçamento e direitos a partir do que já foi dito, acrescentando também outros dados.	Apresentar a metodologia Orçamento e Direitos como uma ferramenta de análise da realidade dos/as educandos/as, a partir da discussão realizada ao longo do dia.		Painel dos pilares.
15h20 - 15h45	O nó do orçamento	Diante da situação que estamos, o que podemos fazer? As/os educadoras/es chamam as/os participantes a ficarem em roda, em pé. Já na roda, fazemos uma fala de amarração, reafirmando as dificuldades que percebemos com os dados vistos: estamos diante de um nó de difícil resolução, mas parte da sensibilização é pensar o que podemos fazer diante desse contexto. Os/as participantes são chamados/as a fazer um círculo pequeno e a colocar as mãos para frente: as mãos tem que ser dadas para duas pessoas diferentes, que não estejam ao seu lado. Todas as mãos ficarão emboladas e é importante que olhemos atentamente para o tamanho do problema que temos diante de nós. O desafio é desfazer a emboiação sem desdar as mãos. As/os educadores/as orientam para que a atividade funcione com todo o grupo dialogando e pensando junto os movimentos a serem feitos. Quando o nó estiver desfeito, ressaltamos que é um processo parecido com este o que temos que fazer para dar conta da conjuntura que enfrentamos.	Pensar soluções coletivas para nossos problemas, reafirmar a possibilidade de ação diante de uma conjuntura difícil, trabalhar cooperativamente.		

15h45 - 16h	Intervalo				
16h - 16:20	O ciclo orçamentário e incidência	Como podemos influenciar no orçamento público? 1. As/os educadoras/es apresentarão os atores e processos do ciclo orçamentário. A ideia é apresentar possibilidades de incidência no orçamento. Serão apresentadas também as ferramentas e o roteiro para incidência de acordo com a Metodologia Orçamento e Direitos.	Entrar em contato com as etapas, os atores e a possibilidade de incidência no ciclo orçamentário.		Etapas e atores do ciclo orçamentário impressos, roteiro e ferramentas para incidência impressas. Papel pardo e pincéis atômicos.
16:20 - 17:20	Ideias incidência	O grupo volta a se dividir para que pensar estratégias de incidência em relação às suas próprias demandas, a partir de plano de incidência distribuído anteriormente. Cada grupo recebe um papel pardo e uma caneta na qual deve responder: 1. O que queremos alcançar? 2. Quem pode fazer acontecer? 3. Quem precisa escutar? 4. Com qual pilar essa ação se relaciona? Os subgrupos apresentam para o grupão suas propostas de ação.	Reforçar a possibilidade de ação no orçamento público, apresentar uma utilização prática dos pilares da metodologia Orçamento e Direitos.		Papel pardo, canetão, planos de incidência impressos.
17:20 - 17:40	Amarração	Fala de amarração: Qual a importância de incidir e disputar o orçamento público? Como podemos acompanhar o orçamento em nossos municípios? Finalização da oficina reforçando o trabalho do INESC e apresentando a possibilidade de acompanhar o orçamento nacionalmente mas também localmente, a partir de portais da transparência.	Reforçar o propósito da sensibilização, apresentar a possibilidade de acompanhamento do orçamento como outra chance de formação junto ao INESC.		
17h40 - 18h00	Dinâmica de finalização	Mística de encerramento	Estimular a cooperação e o trabalho coletivo; finalizar a sensibilização apontado para a ação em grupo.		



apoio



FORDFOUNDATION

InstitutoC&A

